



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Artes e Letras

**O Associativismo Como Motor do  
Desenvolvimento Local  
Uma Síntese Metodológica para a Fomentação da  
Cidadania**

**Noel Rodrigues Guia Vieira**

Trabalho de Projeto para obtenção do Grau de Mestre em  
**Ciência Política**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor André Nascimento Barata

**Covilhã, outubro de 2014**



## Dedicatória

A todos os que acreditam que há um futuro em Portugal. Aos que não desanimam e investem de forma animada nas terras que os viram crescer. Aos que por amor a si e aos seus persistem, apesar das dificuldades e resistências e vão seguindo na busca das respostas para o progresso da Humanidade.



# Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor André Barata pela liberdade e confiança que depositou nesta minha aventura académica disruptiva. Apesar desta ser a primeira vez a orientar um projecto que fugia ao formato tradicional da dissertação ou estágio, não permitiu que a novidade e o desejo do seu orientando fosse limitado pelas novas configurações metodológicas.

À UBI, a minha universidade, a todos os professores e colegas que tanto contribuíram para a minha formação e para uma experiência tão enriquecedora, que por certo me marcará para sempre.

À minha família, mãe e avós, por sempre me apoiarem ao longo do meu percurso formativo. Pelo carinho e preocupação com que me acompanharam especialmente ao longo deste ano de implementação.

A todos os amigos e membros da Polis Apoteose, por desde o início terem embarcado nesta viagem por onde nunca ninguém havia trilhado. Pela consistência e perseverança, por terem acreditado e continuarem a acreditar num projecto que pela nossa vontade está a mudar os destinos da nossa Baía de Armação de Pêra e que tem dado esperança aos que já praticamente a tinham perdido. Sem vós, o sonho teria permanecido na esfera da utopia, mas convosco, com sangue, suor e lágrimas tomou forma e materializou-se.

Aos parceiros do Tratado Álvaro Gomes, parceiros das armas e do combate, mentes permeáveis à mudança, à renovação de gerações e ao progresso. Ao Professor Carlos Silva, guardião responsável do património público e educador das novas camadas, ao Dr. Fernando Serol, que nos foi acolhendo desde o nosso parto e que de tantas formas nos tem apoiado, ao Dr. Sérgio Novo que com os seus recursos trouxe a Arte e a Cultura, país abaixo, para abrir mentalidades e brindar-nos com uma lufada de ar fresco e um agradecimento muito especial ao Ricardo Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, amigo e companheiro, que desde o primeiríssimo momento esteve ao nosso lado, apoiando e induzindo à reflexão, companheiro nas horas críticas e parceiro na mesmíssima mentalidade de trabalhar de corpo e alma pelo futuro da nossa terra, herança pública que nos foi confiada.



# Resumo

O Algarve era em 2013 a região do país com menor expressão do associativismo juvenil. Factores como o crescente aumento do desemprego traduziram-se no aumento da emigração. Será possível encontrar no associativismo uma resposta para o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo das regiões e assim encontrar respostas cabais aos desafios do poder local? Que pressupostos estão na base da coletivização e envolvimento dos cidadãos na condução dos destinos públicos e políticos dos seus territórios? Ao mesmo tempo, importa descobrir que factores estão na génese deste fenómeno sociológico e que soluções se propõem para estimular e profissionalizar uma das virtudes e oportunidades que a III República proporcionou - a liberdade de associação. Estabelecidas as bases sobre as quais podemos operar, definimos uma estratégia e uma metodologia que permite a qualquer grupo de cidadãos, segundo a sua área de interesses e especializações, concretizar soluções específicas para os desafios e para as causas que decidirem perseguir.

## Palavras-chave

Associativismo, democracia, desenvolvimento, poder local, comunidades, festivais, cultura, diy.



# Abstract

In 2013, Algarve was the less developed region of Portugal in matter of young associations. The uprising unemployment led to a substantial increase of emigration. Is it possible to find in this subject a consistent answer to the challenges in local power institutions? What assumptions are in the foundations of the collectivization and engagement of citizens in the leading of public and political drive of their territories? At the same time, it matters to find out what factors may be in the origin of this sociological phenomenon and come up with solutions to stimulate and to professionalize one of the most significant virtues and opportunities that the III Republic brought - the freedom of association. Founded the bases above the ones we can labor on, we designed a strategy and a methodology that allows any group of citizens - according with their interests and expertise - to develop specific solutions to any challenges or causes that they may pursue.

## Keywords

Associations, democracy, development, local power, festivals, culture, diy.



# Índice

Parte I - Introdução .....	1
1.1 Contributos aristotélicos para a formulação de regimes.....	2
1.1.1 Espaços alternativos ao debate político.....	3
1.2 O Fundo Social Europeu Como Alavanca ao Financiamento do Poder Local .....	6
1.2.1 Uma breve caracterização do FSE .....	7
1.2.2 Projeto FSE Saber & Arte - Um Caso de Sucesso .....	10
1.3 Polis 3.0 - Uma Proposta de Sustentabilidade .....	12
1.3.1 Pressupostos para uma formulação sistémica .....	13
1.3.2 Disposições Finais.....	16
Parte II - Implementação Estratégica .....	17
2.1 Caracterização do território .....	18
2.2 Conceção.....	23
2.3 Mobilização e Organização dos Pares.....	25
2.4 Associação na Hora .....	27
2.5 Estatutos.....	31
2.6 Missão, Visão, Valores e Posicionamento .....	33
Parte III - Relatório Anual de Atividades.....	37
3.1 Tratado Álvaro Gomes .....	38
3.2 MIA - Mostra Itinerante de Artes .....	40
3.3 Passagem de Ano .....	42
3.4. Carnaval Trapalhão .....	43
3.5 BTL - Feira Internacional de Turismo de Lisboa .....	46
3.6 Bay Art Fest - Festival de Arte Urbana .....	48
3.7 Pirate Weekend .....	51
Parte IV - Análise de Resultados .....	56
4.1 Conclusões .....	59
Parte V - Bibliografia.....	60
5.1 Internet .....	61



# Lista de Figuras

Figura 1 - Receitas do Município de Silves IMI 2012

Figura 2 - Receitas do Município de Silves - 2013 - Ocupação de Via Pública e Publicidade

Figura 3 - Evolução das Transferências do FFF

Figura 4 - Desafios decorrentes das Mega-Tendências Globais nas Dimensões do Sucesso da Cidade Incubadora



# Lista de Tabelas

Tabela 1 - Quadro 1.01 *População Residente, População Presente, Famílias, Núcleos Familiares, Alojamentos e Edifícios*

Tabela 2 - Contribuições do IMI 2012 - Concelho de Silves por freguesias

Tabela 3 - Receitas do Município de Silves - Ocupação de Via Pública e Publicidade

Tabela 4 - Evolução das Transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias



# Lista de Acrónimos

AESS Agrupamento de Escolas Silves Sul  
ANJE Associação Nacional de Jovens Empresários  
ASTA Associação de Teatro e Outras Artes  
BTL - Feira Internacional de Turismo  
CAE Código de Atividade Económica  
CDU Coligação Democrática Unitária  
CE Comissão Europeia  
CFA Clube de Futebol «Os Armacenenses»  
CMS Câmara Municipal de Silves  
CP Ciência Política  
DRCAlg Direcção Regional de Cultura do Algarve  
EQUAL Iniciativa Comunitária  
FFF Fundo de Financiamento das Freguesias  
FNAJ Federação Nacional do Associativismo Jovem  
FSE Fundo Social Europeu  
GNR Guarda Nacional Republicana  
IEFP Instituto do Emprego e Formação Profissional  
IGFSE, I.P. - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu,  
IMI Imposto Municipal sobre Imóveis  
INE Instituto Nacional de Estatística  
IPDJ Instituto Português do Desporto e Juventude  
JFAP Junta de Freguesia de Armação de Pêra  
MIA Mostra Itinerante de Artes  
MJ Ministério da Justiça  
PA Polis Apoteose  
PAAJU Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil  
PAI Programa de Apoio Infra-estrutural  
PAIAC Programa de Apoio a Instituições de Âmbito Cultural  
PAIFAP Programa de Apoio às Instituições da Freguesia de Armação de Pêra  
PAJ Programa de Apoio Juvenil  
PME's - Pequenas e Médias Empresas  
PNL Programação Neuro Linguística  
PO Programa Operacional  
POAT FSE - Programa Operacional de Assistência Técnica Fundo Social Europeu  
POPH - Programa Operacional Potencial Humano  
PROEMPREGO - Programa Operacional Para a Região Autónoma dos Açores

PS Partido Socialista  
PSD Partido Social Democrática  
PW Pirate Weekend  
RNAJ Registo Nacional do Associativismo Jovem  
RNPC Registo Nacional de Pessoas Colectivas  
Rumos - Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região  
Autónoma da Madeira  
SPA Sociedade Portuguesa de Autores  
SVE Serviço Voluntário Europeu  
UALG Universidade do Algarve  
UBI Universidade da Beira Interior  
UE União europeia





## Parte I - Introdução

Uma ruptura de paradigma na vivência democrática implica uma importante e necessária reflexão que atenuar os efeitos do crescente divórcio entre a sociedade civil e a classe política.

Esta reflexão impõe-se pela necessidade de perspectivar uma solução, uma nova formulação de democracia inteligente, sustentável e inclusiva. Este caminho pressupõe uma indagação contínua e profícua, com um olhar atento sobre o que existe e o que poderá existir. Da utopia à realidade, que passos precisam ser dados? Que benefícios existem numa nova formulação para o envolvimento social? E que obstáculos podemos esperar encontrar? Existem soluções? Qual a importância do envolvimento do *eu* no processo de coletivização democrática? Ao mesmo tempo, será mesmo possível a mobilização dos pares e o fortalecimento das comunidades? Se sim, como e porquê? O que nos dizem as neuro-ciências e os estudos em ciber-comunicação sobre os públicos fragmentados?

Começamos por buscar na concepção clássica de Aristóteles subsídios fundamentais à compreensão do papel das multidões nas estruturas de governação. A partir daí, importa olhar de perto para os novos públicos na tentativa de perceber como lhes dirigir uma comunicação eficaz e mobilizadora. Depois de nos familiarizarmos com os instrumentos de financiamento disponíveis, estaremos então em condições para perspectivar caminhos, pressupostos e apontar soluções para criar respostas aos desafios do poder local.

No entanto e porque tem pouco interesse a formulação pela formulação, a força motriz desta investigação está no espírito “Do It Yourself” e no tão difundido lema “pensar global, agir local”. Através de uma Implementação Estratégica, esquadrinhada na Parte II, sintetizamos passo-a-passo um guia para que qualquer grupo de cidadãos possa perseguir uma causa que seja do seu interesse ou especialidade. A viagem é aprofundada com a experiência de formar e dinamizar uma associação juvenil em Armação de Pêra, capaz de criar um conjunto de eventos que inovem na forma e no conteúdo. Mediante o exemplo prático da aplicação destes pressupostos e destas metodologias, será providenciado um relatório de atividades, que procura na produção pela cooperação testar a tese, verificar a sua aplicabilidade, e feita essa verificação, apontar os resultados e identificar os desafios que daí possam advir.

No final desta tese, esperemos encontrar uma síntese metodológica para a cidadania e contribuir para uma formulação, passível de ser replicada noutros lugares.

## 1.1 Contributos aristotélicos para a formulação de regimes

Os fundamentos aristotélicos são um importante contributo para a democracia como a conhecemos. No Capítulo XI do Livro III *Política*, Aristóteles tece a Doutrina da Sabedoria das Multidões, estabelecendo que a maioria está em melhores condições para deliberar e julgar. Face ao crescimento da abstenção, importa encontrar formas inventivas de estimular a Participação Cívica através da criação de espaços alternativos ao debate político, em multi-plataformas. A arquitetura destes espaços exige que as Consultoras de Comunicação avancem na busca da fórmula do Marketing Político Digital.

Aristóteles reconhecia que a multidão estava em melhores condições de deliberar e julgar que uma minoria oligárquica,

“A alternativa que resta é deixar a multidão exercer funções deliberativas e judiciais(...) eleger os magistrados e de os chamar à responsabilidade, não lhes permitindo, contudo, exercer individualmente esses cargos. Em conjunto, o povo tem discernimento, e combinado com os melhores cidadãos, é de préstimo para as cidades” - ARISTÓTELES, “Política - Edição Bilingue”, Coleção Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas, Livro III, cap. XI, p.227, 1281b.32-35

A convergência das muitas virtudes individuais em assembleia contribui para o combate à prevalência de interesses sectários. Para sustentar este ponto, Aristóteles usa a metáfora do banquete, o qual será tanto melhor quanto maior for o número de contribuintes. (*Idem, ibidem.*, 1281b. 2,3) E se “dizemos que as magistraturas são honras” (*Idem, ibidem.*, 1281a.31) privar a maioria de tais honras significa ter “uma cidade cheia de inimigos” (*Idem, ibidem.*,1281b.31). A participação dos cidadãos na vida da cidade representa assim uma vantagem dupla: Por um lado, as decisões são mais sábias e assertivas do que a decisão singular do mais notável dos homens, sujeito este a paixões. Por outro, o privilégio de participar nas decisões funciona como elemento estabilizador da vida pública.

Contudo, nos dias de hoje assistimos a uma evolução ascendente da abstenção nos atos eleitorais. As multidões parecem divorciadas dos seus direitos e deveres cívicos. Perderam o interesse pela política, ainda que esta dite em boa medida significativas e profundas transformações nas suas vidas. A política é hoje vista como uma atividade exercida por “profissionais”, ou “especialistas” na linguagem de Aristóteles. Se é verdade que a abstenção pode ser entendida em alguns casos como “um acto político” ou como forma de “recusa de legitimidade do sistema político”, como sustenta o politólogo André Freire, (FREIRE, André (2000)) certo é que a abstenção não pode ser entendida de forma unilateral, se levarmos em conta condicionantes como a localização geográfica ou a parca literacia política.

Importa pois descobrir formas inventivas de estimular a participação cívica e devolver aos eleitores o interesse pela política. À luz de Aristóteles facilmente se percebe que quanto maior for o poder de decisão das multidões, maior tenderá a ser a sua participação. Possibilitar aos cidadãos uma intervenção mais ativa na escolha dos seus representantes dentro dos círculos nominais e parlamentares está em harmonia com o princípio aristotélico de “eleger os magistrados e de os chamar à responsabilidade”. Conscientes da relevância da sua participação na escolha efetiva dos seus representantes, os eleitores são mais zelosos na vigilância dos mandatos. De facto, Aristóteles adianta,

“que são as leis, correctamente estabelecidas, que devem ter a supremacia; e os magistrados, sejam um ou vários, apenas devem ter supremacia nos aspectos que as leis não podem resolver directamente, devido à dificuldade de promulgar leis que prevejam todos os casos” (1282.b).

Num comentário ao Capítulo XI do Livro III, Richard Robinson defende que Aristóteles “refere-se sempre ao ato de julgar em termos daquilo que é objetivamente bom ou mau. Não usa o argumento de que o público tem o direito a escolher qual dos artistas subjetivamente prefere. Nunca diz que o público é intitulado a escolher os governantes que lhes darão o tipo de cidade que preferem.” (ROBINSON, Richard, *Aristotle Politics Books III And IV*, Clarendon Aristotle Series, Oxford, Clarendon Press, p. 39). Assim se resolveria parte do problema, com uma cidadania desperta e ativa na condução dos assuntos da *polis*, não pela corrupção dos desejos ou ambições individuais, mas pelo consenso sobre aquilo que é efetivamente bom ou mau para a cidade.

### 1.1.1 Espaços alternativos ao debate político

“Os muitos são indivíduos que, separadamente, não têm qualidades; mas quando estão reunidos podem ser melhores que os poucos com valor, desde que não considerados individualmente, mas em conjunto.” (*Idem, ibidem.*, 1281b.1-3) Ora as limitações parlamentares, associadas ao fraco espelhamento na escolha real dos governantes acabam por afastar “os muitos” do debate político, deixando tal tarefa para os profissionais. Richard Robinson sustenta que Aristóteles “não nega que a governação é uma arte, ou que nenhuma arte está na posse da maioria, (...) mas afirma que o público às vezes julga melhor os artistas e os seus produtos do que os próprios artistas” (*Idem, ibidem.*, N.T.).

Encontramos na era digital em que vivemos novas oportunidades e desafios que precisam ser pensados, em prol da excelência das virtudes democráticas. *Estabelecer pontes entre o*

*real e o digital* é o caminho para envolver o eleitor-utilizador no processo democrático. A fusão que daqui resulta reflete-se na criação de plataformas alternativas ao debate político.

A crescente tendência para o individualismo, reflexo da fragmentação dos públicos e da multiplicação de plataformas de comunicação, está a empurrar e a isolar os indivíduos para os meios digitais. A proliferação de smartphones e tablets faz com que estes sejam cada vez mais o principal meio de acesso à informação, destronando a televisão e os demais media tradicionais. De igual modo, ao passo que passamos cada vez mais tempo sozinhos com os nossos ecrãs, estamos cada vez mais ligados às comunidades virtuais. De facto, as redes sociais oferecem uma excelente oportunidade para estimular o sentimento de pertença a “comunidades emocionais” (TURKLE, S., (2011)). Na sua comunicação no TED, a psicóloga e investigadora do MIT foi mais longe e declarou “I share, therefore I am”. “Eu partilho, logo existo”. (TURKLE, Sherry, TEDx “*Connected, but alone?*” TEDx Long Beach California, 2012, <http://www.youtube.com/watch?v=t7Xr3AsBEK4>). A necessidade de partilhar um sentimento ou estado de espírito coaduna-se com a autoproclamação da tecnologia enquanto “arquitecto da nossa intimidade” (Turkle, S., (2011)) e a crescente necessidade de auto-validação perante as comunidades virtuais tem o efeito pavloviano de manter e viciar os utilizadores na rede.

A geração dos Nativos Digitais encontra no ciberespaço o recreio perfeito para se formar, informar e partilhar. Neste sentido, a criação de plataformas alternativas de debate político transmediáticas e em múltiplas interfaces prepara um terreno fértil para o alargamento da participação cívica. A rápida disseminação dos conteúdos pela rede é resultado da orgânica de viralidade que a Web 2.0 possibilita. Assim, uma ideia tanto pode rapidamente condicionar a opinião pública, como a pode alertar para perspectivas diferentes, mas pertinentes.

Em Portugal, a Televisão Digital Terrestre eliminou muitos dos constrangimentos técnicos que impediam o alargamento do espectro de captação de sinal. O Canal Parlamento - ARTV (<http://www.canal.parlamento.pt/>) - serve hoje apenas para transmissão e arquivo das sessões plenárias. No entanto, este projeto tem na sua génese a diversidade partidária necessária para assegurar a imparcialidade, isenção e normal funcionamento do canal, permitindo aos cidadãos que acompanhem os trabalhos na Casa da Democracia. Mas há mais a ser feito. Desde logo, pela incrementação da *interatividade*: permitir a intervenção dos cidadãos através das redes sociais, dando espaço em plenário para a sua discussão é outro passo para estimular a participação e despertar a consciência cívica coletiva.

O desenvolvimento de plataformas de retórica mediatizada dá um novo fôlego e uma nova voz à cidadania. Notem-se iniciativas como o TED - Ideas Worth Spreading (<http://www.ted.com/>) ou o Ignite (<http://igniteshow.com/>), que através de meios de *broadcasting* catalizam da idoneidade dos oradores e suas teses. Especialistas e amadores

partilham o melhor da sua experiência profissional e cívica, conscientes do impacto formativo das suas visões. Numa direção construtivista, a partilha alargada de ideias torna "o mundo mais aberto e ligado", valor central do Facebook. Percebe-se então a necessidade e oportunidade em desenvolver plataformas alternativas de debate político, dentro e fora das estruturas já existentes, de forma a promover o *engagement* com os públicos. A médio e longo prazo, a multiplicação de declarações vai obrigar os partidos políticos a rever a sua atuação, numa ética de responsabilidade exigida pela base da população, à semelhança do que já acontece nos países nórdicos. De facto, a participação na vida cívica de cada cidadão, segundo a sua área de interesse está em harmonia com a ideia de que "cada um pode contribuir com o seu quinhão de virtude e prudência; e quando todos se reúnem, a multidão torna-se como um só indivíduo com muitos pés, muitas mãos, e muitos sentidos, podendo também ter muitas qualidades de carácter e inteligência" (*Idem, ibidem.*, 1281.b)

### 1.1.2 Públicos fragmentados e modelagem social

Os partidos políticos devem desde já preparar-se para comunicar com um público que está "fragmentado", em segmentos cada vez mais fechados e específicos. (ELIAS, Herlander (2011)). Em boa medida, são os partidos políticos quem maior interesse deve mostrar na aposta em plataformas de sócio-politização mediatizadas. O desenvolvimento dos media introduziu alterações profundas: a retórica clássica de Aristóteles, demarcada como uma retórica de argumentação é agora transformada numa retórica da persuasão e sedução, pelas implicações resultantes do acréscimo da componente imagética ao discurso. (SOUSA, Américo, (2009)) Tamanha evolução abre espaço para um conjunto infinito de possibilidades de construção semiológicas que as Consultoras de Comunicação não podem descurar no treino mediático e assessoria que prestam a partidos e candidatos. Da mesma forma, cidadãos independentes e instruídos tenderão a tirar proveito de tais virtudes para ver as suas necessidades e aspirações passar pelo crivo do sistema político.

A monitorização e gestão permanente das redes sociais, associadas a um estudo contínuo das fórmulas comunicacionais que funcionam na abordagem aos cidadãos contribuirá em larga escala para o aprofundamento do conhecimento em áreas como a Psicologia, Sociologia e Neuro-Linguística. Ainda imprecisos, os ingredientes da fórmula para a viralidade dos conteúdos precisam ser testados, numa lógica de *lobbying* construtivista, a bem do crescimento e alargamento da democracia.

É certo que o efeito dos media não é o sugerido por Lasswell e a sua "agulha hipodérmica". É certo que o público, ou os públicos - como melhor sentido fará nos dias de hoje - não são uma massa amorfa vulnerável ao controlo dos media. No entanto, consultores de comunicação criativos procurarão levar em consideração as virtudes do Marketing Mix, do Online, do Digital, da Programação Neuro-Linguística (BANDLER, Richard; GRINDER, John (1977)) e de

novas dimensões de construção semiológicas pertinentes, combinando todos os elementos em estratégias inovadoras de Marketing Político e Social. Poderia falar-se em manipulação de massas, mas o objetivo de tais mecanismos procedimentais é o de fomentar em cada indivíduo, aquilo que de melhor cada indivíduo tem, tratando-se neste caso de "engenharia da persuasão" vocacionada para a "modelagem" de cidadãos e cidadania. (BANDLER, Richard; LA VALLE, John (1999)).

Como nota Audrey Amrein-Beardsly (2014), no domínio das ciências políticas a engenharia social tende a ser percebida como uma coisa negativa. Em termos gerais, "as ferramentas da engenharia social incluem táticas de intimidação, propaganda e retórica, frequentemente veiculadas através dos meios de comunicação de massas; generalizações, suposições e racionalizações; e incentivos e desincentivos para, em última análise, projetar os comportamentos sociais desejados". No entanto, o próprio autor menciona o exemplo das táticas que Abraham Lincoln utilizou e que conduziram à 13ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos em 1865 e que resultaram na abolição da escravatura. "Este é um excelente exemplo de como as políticas de governação também são uma poderosa ferramenta de engenharia social, quando, de novo, o controlo é um meio que tem por fim o atingir de um ideal utópico".

Portanto, e para o nosso exercício conceptual não interessa a diabolização dos meios, mas antes perceber neles as mais valias que podem ser capitalizadas para uma mudança de paradigma, até porque como remata Amrein-Beardsly, "por definição, as políticas públicas são instrumentos usados pelos governantes para desencadear um rol de acontecimentos que, em última instância, conduzirão à realização suprema, ao mais alto nível do fim desejado".

## 1.2 O Fundo Social Europeu Como Alavanca ao Financiamento do Poder Local

No atual contexto de crise económica, é imperativo encontrar mecanismos inteligentes, sustentáveis e inclusivos para estimular o desenvolvimento local e regional, em harmonia com o plano estratégico Europa 2020.

Neste capítulo debruçamos-nos sobre os Fundos Comunitários disponibilizados pela União Europeia e é elaborada uma estratégia alternativa ao Crédito Bancário para financiar soluções potenciadoras do crescimento e prosperidade das regiões da Europa.

Na tentativa de prover esclarecimento acerca de formas de financiamento do poder local, este trabalho, surge no seguimento do Projeto **Polis 3.0: Pirate Weekend**, uma proposta de programa operacional para o Desenvolvimento Económico e Social da vila de Armação de

Pêra. Este projeto foi apresentado na primeira parte da cadeira de Políticas Públicas Regionais e parte, inicialmente, da iniciativa de um grupo de jovens recém-licenciados em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior (Noel Vieira e David Simões) e Administração de Publicidade e Marketing na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre (Áxel Correia). Com vista a dar resposta à falta de programação cultural na localidade onde cresceram e também com o intuito de criar novas tradições, fortalecer a comunidade e estimular a economia local, surgiu o Pirate Weekend, uma iniciativa que visa aproveitar os recursos da vila e promover a marca “Baía de Armação de Pêra”.

Os trabalhos desenvolvidos no Mestrado em Ciência Política têm permitido aprofundar a análise e construção de uma base científica relativa às condições necessárias à implementação de um projeto desta índole. O Financiamento do Poder Local surge então como prerrogativa de vital importância para garantir a viabilidade económica de uma iniciativa ambiciosa e inovadora nos moldes em que se projeta.

Analisaremos, especificamente, o papel do Fundo Social Europeu (FSE) para o Desenvolvimento de todas as regiões da Europa. A partir do website da Comissão Europeia (<http://ec.europa.eu/>) iniciaremos uma jornada pelos pilares da estratégia **Europa 2020** e como o FSE pode agilizar o exercício democrático do poder, mediante a iniciativa e colaboração de cidadãos organizados.

Apresentaremos ainda o Projeto FSE Saber & Arte, como um caso de sucesso de desenvolvimento numa das mais empobrecidas regiões de Portugal.

Já perto do final, faremos um esboço dos pressupostos fundamentais à exequibilidade de um projeto que almeje ser - em todas as suas determinações, - inteligente, sustentável e inclusivo.

### **1.2.1 Uma breve caracterização do FSE**

Para combater e fazer face aos efeitos devastadores da crise económica, a busca de soluções para erradicar a pobreza e o desemprego são uma preocupação central da União Europeia. Neste sentido, o **Fundo Social Europeu (FSE)** disponibiliza anualmente dez mil milhões de euros para promover “um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” de todas as regiões da Europa.

Este “é o principal instrumento europeu para promover o emprego, ajudar as pessoas a conseguirem melhores empregos e garantir oportunidades de emprego mais justas para todos os cidadãos da União Europeia”. A palavra “emprego”, sucessivamente mencionada na

documentação relativa ao FSE é evidência da relevância do trabalho na vida dos cidadãos europeus, como resposta aos desafios que a crise económica nos apresenta. No entanto, “o FSE não é uma agência de emprego”, na medida em que “não publicita empregos”. A *contrario*, “financia dezenas de milhares de projetos locais, regionais e nacionais”, “desde pequenos projetos geridos por associações de bairro (...) até projetos nacionais que promovem a formação profissional de toda a população.”.

As prioridades basilares, definidas em parceria pelos Estados-Membros, focam-se na “adaptabilidade dos trabalhadores”, no “acesso ao emprego”, na “aprendizagem ao longo da vida” e no apoio à inclusão de “grupos desfavorecidos” no mercado de trabalho. Há portanto uma consciência colectiva da necessidade de formação para a ação; uma formação que nalguns casos será circunscrita, visando a curto prazo a dotação de competências afectas à inclusão e mobilidade dentro do mercado de trabalho, mas que a longo prazo será renovada num processo de formação contínuo. Sendo que “as pessoas são o cerne do FSE”, a multiplicidade orgânica dos projetos prevê e respeita uma vasta gama de iniciativas, que devidamente enquadradas, poderão melhorar significativamente a qualidade de vida de uma determinada região. “Há projetos destinados a sistemas educativos, professores e alunos, a jovens e pessoas mais velhas à procura de emprego e a potenciais empreendedores de todas as proveniências”.

Ora estas linhas orientadoras preveem a possibilidade de que agentes isolados ou associados possam submeter propostas de desenvolvimento à Comissão Europeia, sem que isso passe forçosamente pelos partidos políticos. Como já foi referido, até “projetos geridos por associações de bairro” se enquadram na missão e propósito de existência do FSE. Cria-se assim, logo à partida, um estímulo à participação cívica, como forma de chamar à responsabilidade os agentes locais, pelo modo como intervêm (ou não) na condução dos assuntos relacionados com o seu bairro, com o seu quarteirão, com a sua vila, cidade, concelho, região ou país. (<http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=pt>)

Cada Estado-Membro apresenta um “Programa Operacional” que define as prioridades de execução “com apoio de um fundo” entre 2007-2013 “ou, no caso do Objetivo “Convergência”, com o apoio do Fundo de Coesão e do FEDER.” ([http://www.igfse.pt/st\\_glossario.asp?startAt=2&categoryID=311&newsID=1857&offset=0](http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=311&newsID=1857&offset=0))

A gestão nacional do FSE, que inclui as tarefas de “monitorização física e financeira”, certificação, pagamentos e auditorias, está a cargo do IGFSE, I.P. - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu,

“organismo de administração indireta do Estado, que se encontra integrado na Presidência do Conselho de Ministros sob a superintendência e tutela do Ministro Adjunto e do

Desenvolvimento Regional, em articulação com o Ministro de Estado e das Finanças, participando na superintendência e tutela em conjunto com o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, o Ministro da Economia e do Emprego, o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social e o Ministro da Educação e Ciência (Decreto-Lei nº 60/2013, de 9 de maio)”

[http://www.igfse.pt/st\\_sobreigfse.asp?startAt=2&categoryID=265](http://www.igfse.pt/st_sobreigfse.asp?startAt=2&categoryID=265))

Até 2013, o IGFSE geria quatro Programas Operacionais: o **POPH** - Programa Operacional Potencial Humano, **PROEMPREGO** - Programa Operacional Para a Região Autónoma dos Açores, **Rumos** - Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira e o **POAT FSE** - Programa Operacional de Assistência Técnica Fundo Social Europeu. Cada Programa Operacional distribui o financiamento para projetos e ações integradas nos eixos prioritários.

<http://www.igfse.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=405&newsID=2430&offset=0>)

Seguindo o critério da proximidade utilitária, consideremos os dez eixos prioritários do POPH: 1. Qualificação Inicial; 2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida; 3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional; 4. Formação Avançada; 5. Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; 6. *Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social*; 7. Igualdade de Género; 8. Algarve; 9. Lisboa; 10. Assistência Técnica.

<http://www.igfse.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1799&offset=0>)

Educar e formar ao longo da vida, promover o acesso e qualidade do emprego, bem como “a igualdade de oportunidades, através do desenvolvimento de *estratégias integradas e de base territorial para a inserção social* de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social” são objetivos decisivos do POPH para assegurar a coesão económica e social nacional entre 2007 e 2013. É de facto com este propósito que o POPH materializa as linhas orientadoras do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

<http://www.igfse.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1799&offset=0>)

Quando analisamos a documentação relativa ao PROEMPREGO ou ao RUMOS, percebemos que a preocupação relativa à formação qualificada se mantém diretamente associada à “modernização do tecido industrial”, aproximação esta que passa pelos apoios ao “sistema de ciência e tecnologia”, como forma de integrar ainda “públicos vulneráveis”.

[http://www.igfse.pt/st\\_ofse\\_Apresentacao\\_PeriodosProgramacao\\_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1800&offset=0](http://www.igfse.pt/st_ofse_Apresentacao_PeriodosProgramacao_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1800&offset=0),  
[http://www.igfse.pt/st\\_ofse\\_Apresentacao\\_PeriodosProgramacao\\_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1801&offset=0](http://www.igfse.pt/st_ofse_Apresentacao_PeriodosProgramacao_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1801&offset=0))

Por outro lado, o POAT FSE é um programa operacional “transversal e de aplicação global”, que inscreve na sua matriz a “Convergência” e a “Competitividade Regional e Emprego”. No quadro do FSE, este programa fornece apoio concernente à eficiência do Sistema de Informação e complementa a formação de cada “Plano de Informação e Comunicação”.

Esta assistência é particularmente relevante se pensarmos que tanto a “consolidação de mecanismos de apoio à reforma do sistema de formação profissional” como as “actividades de coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação, comunicação, auditoria e controlo” são condições essenciais à implementação efetiva dos programas operacionais. A execução de estratégias de desenvolvimento local pode por vezes ultrapassar a competência estrita dos associados, pelo que o acompanhamento de um programa operacional como o POAT FSE é uma ferramenta fundamental de apoio à iniciativa da sociedade civil.

[http://www.igfse.pt/st\\_ofse\\_Apresentacao\\_PeriodosProgramacao\\_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1803&offset=0](http://www.igfse.pt/st_ofse_Apresentacao_PeriodosProgramacao_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1803&offset=0)

### 1.2.2 Projeto FSE Saber & Arte - Um Caso de Sucesso

Antes de avançarmos para a formulação do projecto Polis 3.0, sua concepção e execução, consideremos o Saber & Arte, um projeto - integrado na Iniciativa Comunitária EQUAL, programa operacional do FSE - que exemplifica as tipologias de parcerias desejáveis para a concretização de projetos de desenvolvimento local e regional.

Para responder ao atraso económico e financeiro de Celorico de Basto, uma “das regiões mais pobres de Portugal”, Vítor Cunha, representante da Empresa Municipal Qualidade de Basto, considera que “o projeto quis encontrar um ponto de conhecimento popular comum e chegou-se à conclusão que seria o artesanato”. (JOANAZ, Salomé, *Projectos FSE*, p. 22) Também as atividades tradicionais e a gastronomia artesanal (queijos, enchidos, compotas, etc.) mostraram-se ingredientes importantes numa receita de sucesso assente, portanto, em três pilares: artesanato, turismo e componente artística. Identificados os recursos disponíveis, traçou-se um plano de desenvolvimento e apoio à criação de emprego a nível local.

Desta forma, “a ANJE em parceria com a Câmara Municipal de Celorico de Basto, a ESSE - Ensino Superior Empresarial, Lda, Espaço T, Vector 21.COM” e ainda com o ISAG (Instituto Superior de Administração e Gestão) fixou três objectivos chave para formar e/ou incluir “artistas ou artesãos com/sem deficiências do Porto e Celorico de Basto; mulheres”:

“- Promover actividades de sensibilização e formação de jovens e adultos;

- Promover novas alternativas à busca e criação de emprego com base em novas alternativas à busca e criação e emprego com base em novas oportunidades de negócio nos domínios tradicionais, artesanais, artísticos, culturais e turísticos;
- Criar redes locais e regionais de promoção de artistas.” (*Idem, ibidem.*, p. 20)

O Centro de Promoção de Talentos veio oferecer uma oportunidade aos “desempregados, recém-licenciados e jovens à procura do primeiro emprego a usarem a arte como forma de vida”. Atente-se que a formação proporcionada não se esgota no domínio técnico de determinada arte, abrangeu também “áreas de marketing, técnicas de mercado, novas tecnologias e gestão” visando a autossuficiência dos formandos, por forma a “criarem o seu próprio emprego”. (*Idem, ibidem*, p. 21)

Relevante será mencionar que “a Câmara municipal cedeu instalações para a realização da formação e exposição dos trabalhos”. A engrenagem do projeto Saber & Arte evidencia assim o impacto positivo da colaboração e envolvimento entre cidadãos organizados, empresas e municípios. A eficácia do projeto comprova-se pelo encadeamento e planificação estratégica desde a pré-produção até à implementação faseada do mesmo.

Com a Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida na matriz de desenvolvimento e progresso, criaram-se as condições básicas para estimular a produção criativa e artística. Se a média das idades dos participantes se situa entre os 20 e os 50 anos e a maioria são mulheres, esta intervenção formativa recupera os “conhecimentos práticos do dia-a-dia” que estas pessoas já traziam, nomeadamente “na área do linho e dos bordados a ouro (únicos no país) ou dos produtos alimentares tradicionais”, e “profissionalizar a produção com a certificação dos produtos e ajudar a escoar essa produção” tanto a nível local, como à escala nacional. (*Idem, ibidem.*)

“Formar pessoas que já têm conhecimentos de técnica do artesanato para poderem formar outras pessoas nestas áreas foi o primeiro objectivo”, assume Cacilda Pereira, representante da ANJE. O combate à exclusão de grupos marginalizados também foi tida em conta, pelo que “houve depois outra acção de formação de artes e ofícios dirigida a jovens com certo tipo de deficiência, e agora decorrem duas acções para a criação de empresas culturais.”

A utilização inteligente das Novas Tecnologias da Informação possibilitou não só a divulgação e promoção do esforço em curso como fomentou o desenvolvimento turístico e deu origem a “parcerias transnacionais” e intercâmbios com vista a “visitar empresas de jovens empreendedores de sucesso” (*Idem, ibidem.*, p.24)

O Plano de Marketing, bem como o material de apoio à “Criação da Imagem e Disseminação do Projecto Saber & Arte e do Centro de Promoção de Talentos”. o *Manual de*

*Acompanhamento de Pequenos Negócios*, bem como o desenvolvimento de conteúdos para o *e-learning* esteve a cargo do Centro de Estudos Aplicados em Marketing do Instituto Superior de Administração e Gestão a cargo de Paulo Vieira de Castro, seu diretor de Comunicação. (*Idem, ibidem.*, p. 25)

### 1.3 Polis 3.0 - Uma Proposta de Sustentabilidade

O Programa Polis, iniciado no ano 2000, “foi o maior programa de requalificação feito até à data em Portugal” e “a estratégia definida para cada cidade foi estabelecida tendo em vista o reforço da identidade de cada cidade e a sua atratividade, reforçando o seu papel e especificidade no sistema urbano nacional” (PESTANA, Cândida; PINTO LEITE, José; MARQUES, Nuno, *O Programa Polis como impulsor da regeneração urbana*, Cabo Verde - Redes e Desenvolvimento Regional, 15º Congresso da APDR, 2009, p.1780)

Esta preocupação de Ordenamento Territorial, embora importante, marca apenas o início de um processo de revitalização urbano e desenvolvimento local. Criadas as condições urbanísticas adequadas, é tempo para rentabilizar o investimento feito através de políticas educativas e integradoras da sociedade civil na vida da *polis*.

Os resultados dos Projetos do Fundo Social Europeu são demonstrativos dos benefícios da aglutinação dos agentes locais, associações, municípios e outras instituições em torno de um propósito comum de Desenvolvimento. É esta articulação o motor do progresso, que baseada no diálogo e cooperação torna ilógicos ou irracionais quaisquer motivos que bloqueiem a sua execução.

Como vimos, as candidaturas ao FSE não têm forçosamente de passar pelos partidos políticos. No entanto, a gestão e coordenação de projetos desta envergadura implicam a capacidade de mobilização que naturalmente pode encontrar obstáculos políticos, como observa neste respeito João Bilhim (2004),

“A generosidade maquilha, escolhe e oculta uma outra realidade: a obsessão por ganhar eleições por retirar o máximo proveito com o menor custo. Por isso, a burocracia da governação local é tão pesada e por esse motivo na distribuição de um bem público, o sistema de canalização é tão aparentemente irracional, moroso, desesperante. Ele está montado para que quem governa (eleitos e funcionários) tire o máximo de partido dos bens em presença.”

Por esta razão, é necessária uma política de construção, em vez de uma política de oposição. Quando os partidos políticos puserem de lado as suas diferenças e começarem a olhar para as suas semelhanças, serão capazes de desenhar soluções inteligentes, sustentáveis

e inclusivas para as suas comunidades. Perceberão, nesse exato momento, que o poder apenas deve ser procurado, na medida em que este tem, na sua estrutura nuclear, a capacidade de provocar transformação social.

Na verdade, o poder deixará de ser uma questão, a partir do momento em que o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo abarque todos os elementos de uma sociedade nos seus processos de produção. As estruturas de poder ocupam-se, a partir daí, apenas com a facilitação e simplificação dos processos e regulação normativa.

Ultrapassado este problema político, estarão criadas as condições para dar início a uma nova era de Educação e Formação Cívica, que a médio e longo prazo, impulsionarão a evolução civilizacional e participação ativa e abrangente de todos os cidadãos na “boa vida”, que é a vida coletiva da polis.

Já vimos anteriormente, os três eixos fundamentais do crescimento previsto na estratégia Europa 2020: deve ser Inteligente, Sustentável e Inclusivo. **Inteligente**, na medida em que encoraja as pessoas a aprender, estudar e atualizar competências através da aposta na educação, mas também na investigação e inovação, como forma de responder aos desafios sociais, fazendo bom uso da Tecnologias da Informação e Comunicação ([http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/smart-growth/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/smart-growth/index_pt.htm)). **Sustentável**, pois tem preocupações relativas à defesa do meio ambiente e procura desenvolver “novas tecnologias ecológicas”, fomenta o *networking* no espaço comum e dessa forma promove as boas relações empresariais, particularmente ao nível das PME’s, e desta forma procura tornar a “economia mais competitiva”. Em última análise, a criação de “redes eléctricas inteligentes e eficientes” será decisiva para assegurar a sustentabilidade a longo prazo. ([http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/sustainable-growth/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/sustainable-growth/index_pt.htm)) E finalmente, o crescimento deve ser **Inclusivo** pela modernização dos mercados de trabalho e “sistemas de protecção social”, criando “mais e melhores empregos”, resultado de uma aposta na “aquisição de competências e formação”, por forma a “assegurar os benefícios do crescimento em todas as regiões da UE”. ([http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/inclusive-growth/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/inclusive-growth/index_pt.htm))

### 1.3.1 Pressupostos para uma formulação sistémica

Numa tentativa de síntese sistémica, propomos em seguida um conjunto de pressupostos afectos à sustentabilidade de todo e qualquer projeto inscrito no poder local.

**Pressuposto 1:** *Os Municípios detêm Património Mobiliário e Imobiliário*, pelo que colocar esses recursos ao serviço de iniciativas dos cidadãos enquadra-se no propósito do Fundo Social Europeu para o Desenvolvimento Local.

O custo para os municípios é mínimo (água, eletricidade, combustível), se pensarmos que a rentabilização é elevada e que mediante a Concessão e/ou Cedência de Espaços a troco de Bens e Serviços necessários à produção de um evento de grande envergadura se reduzem despesas, às quais se podem acrescentar receitas, provenientes das bilheteiras.

**Pressuposto 2:** *Os municípios têm autonomia para regular impostos locais* e promover incentivos fiscais para a captação de novos investidores.

Assegurando as licenças básicas à execução de grandes projetos de maximização da Imagem de uma região e facilitando a logística necessária, fruto dos bens adquiridos pelas Autarquias, cria-se confiança para que novos investidores decidam apostar nas iniciativas e assim cofinanciar projetos verdadeiramente democráticos. O esforço financeiro é então repartido entre sector público e privado, estando a ênfase colocada particularmente neste último.

Pelo recurso à organização de equipas de Comunicação e Marketing, o investimento dos privados é recuperado através de ações de Ativação de Marca. Os benefícios manifestam-se tanto para os Patrocinadores Principais, como para as PME's locais. A contribuição e envolvimento do comércio local é particularmente importante pois pela colaboração organizada, estas PME's encontram uma oportunidade para intregar uma rede que as promove no espaço digital e que aumenta a sua visibilidade mediática, por forma a incrementar as suas hipóteses de crescimento económico.

A colaboração mais estreita se torna, a partir do momento em que é clarividente que as parcerias não se esgotam no patrocínio (que na realidade é uma troca de bens *por* serviços), mas alargam-se pela adesão ao espírito da iniciativa ao longo da sua produção. Em bom rigor, a programação é perfeitamente adaptável e dimensionada em função dos parceiros, pelo que cada espaço tem a oportunidade de promover a sua própria programação e atividades, e assim estimular a competitividade económica.

**Pressuposto 3:** *Programas de Inclusão Social:* Através da integração do ensino básico, secundário, profissional, tecnológico e superior valoriza-se o capital humano e forma-se para a cidadania, ao passo que se contribui para o espírito de comunidade, marca distinta da vivência colectiva. Do mesmo modo, a intervenção junto a lares da terceira idade, estabelecimentos prisionais e de reabilitação social, bem associações e agrupamentos

potencia o combate à exclusão social e da partilha do esforço para a sustentabilidade na produção de eventos maximizadores do reconhecimento de uma localidade ou município. Esta visão coaduna-se com “o projecto das *ciudades educadoras* que, segundo diferentes configurações, começa a ganhar expressão europeia” privilegia “uma visão cultural e relacional da cidade, organizada em função do contributo da vontade dos seus habitantes, co-responsabilizados também como autores e actores sociais, neste caso, como agentes educativos.” (CARVALHO, Adalberto e BAPTISTA, Isabel, *Educação Social - Fundamentos e Estratégias*, Colecção Educação e Trabalho Social, Porto Editora, 2004, p.53).

**Pressuposto 4:** *Os municípios têm a capacidade técnica para acompanhar, auxiliar e promover a preparação das candidaturas ao FSE propostas pelos cidadãos, nomeadamente através do apoio à projeção de um *business plan* e mapeamento de *cash flows*. Desta forma, as propostas funcionais de desenvolvimento não ficam congeladas pela falta de especialização em áreas específicas de formação. O foco da valorização está apontado para o poder das ideias e, numa fase posterior a sua sustentabilidade materializa-se, pelo diálogo e concertação de estratégias com os parceiros sociais e a rede empresarial.*

**Pressuposto 5:** *A perspectiva ecológica está presente desde a raiz dos projetos, razão pela qual a criação de mecanismos inteligentes para a Gestão de Resíduos e Preservação do Meio Ambiente é uma preocupação fundamental. Reciclar em troca de bens ou serviços educa, através de um estímulo positivo, para a responsabilidade individual na proteção do planeta. A longo prazo, estes hábitos sedimentam-se e são adotados por *default*. Por outro lado, a redução substancial da pegada ecológica e emissões de dióxido de carbono, associadas à promoção da eficiência energética, naturalizam a aproximação de parceiros neste sector económico.*

A esta nova *polis* chamamos **Polis 3.0**, por assentar na estratégia de **Comunicação 3.0**. A Comunicação 3.0 procura a fusão entre o espaço físico e o espaço digital, repercutindo-se a amplificação mediática das acções no regresso transformador no espaço físico. Ao nível do 1.0 é estabelecida uma intervenção audiovisual no espaço físico, planificada por *copywriters* que identificam as condições necessárias à máxima envolvência dos vários públicos-alvo. É esta condição - de presença ativa no espaço físico - a alavanca da curiosidade e do interesse em procurar nos meios digitais (2.0) os conteúdos produzidos para em seguida proceder à partilha com os seus amigos e, desta forma, alargar o alcance das publicações. O *buzz* resultante, quer pela cobertura mediática oficial, quer pelo material produzido pelos públicos e depois distribuído nas redes, faz com que se verifique o retorno ao espaço físico (3.0), sob a forma de fortalecimento das comunidades, confiança e credibilidade juntos dos parceiros, mas também pelo desenvolvimento económico, consolidação orçamental, ativação de marca, prestígio e fidelização de novos públicos.

### 1.3.2 Disposições Finais

A mobilização de recursos para este tipo de iniciativas, cujo impacto é abrangente a todos os sectores económicos de uma localidade ou região, implica que intrinsecamente os projetos sejam políticos. Desde logo, porque uma fatia importante dos lucros são indiretos (através dos impostos pagos pelas empresas, que auferirão maiores dividendos e contribuições para o autofinanciamento dos municípios). Por outro, porque o retorno manifesta-se a médio e longo prazo com a captação de fluxos exponenciais de turistas, com a modificação de comportamentos sociais e com o reforço do sentido de pertença dos cidadãos na comunidade.

No entanto, a implementação destas estruturas só é possível mediante a mobilização da população em torno do projeto, pelo que em última análise uma Polis 3.0 será sempre um projeto dos cidadãos para os cidadãos.

O Fundo Social Europeu pode fornecer o fundo de maneiio para alavancar o Poder Local, atenuando os efeitos de constrangimentos de natureza partidária. O caminho envolve educação, literacia para os media e tutoria junto das instituições com capacidade de formação e inclusão de grupos específicos.

O esforço financeiro é partilhado entre sector público e privado, de forma sustentável e justa, na medida em que as parcerias se traduzem na troca de bens *por* serviços. Em resultado, os municípios que acolherem este tipo de iniciativas constatarão um desenvolvimento progressivo e efetivo rumo à evolução civilizacional, à eficiência, à ecologia e à sustentabilidade.

## Parte II - Implementação Estratégica

Feita uma abordagem geral dos fundamentos filosóficos e dos princípios que norteiam um projecto de carácter inteligente, sustentável e inclusivo, já verificamos os benefícios de uma governação baseada na discussão pluralista e abrangente. Também se procurou descobrir e sintetizar os instrumentos disponíveis para um financiamento alternativo que dê respostas concretas a desafios específicos do poder local e estruturam-se as bases para uma mudança de paradigma na forma como se encara a vida da *polis* e como esta mudança pode ajudar a relançar a economia, fortalecer as comunidades e promover a coesão territorial.

Nesta Parte II, vamos aprofundar o nível de detalhe e desenhar etapa a etapa as diferentes fases de constituição de um projecto de cidadania. O objectivo é fornecer um guia detalhado que possibilite a qualquer grupo de cidadãos sem experiência prévia tomar de forma eficaz os passos necessários à coletivização e reforço da participação cívica, de acordo com a sua área de interesse e especialização. Para proceder a esta esquematização, vamos socorrer-nos do estudo de caso da Polis Apoteose - desde a sua origem até à implementação real de uma panóplia de projectos, que serão apresentados com maior especificidade na Parte III.

## 2.1 Caracterização do território

Para efeitos de concepção de planos e estratégias de desenvolvimento, importa ter presente a pluralidade dos eixos comunicacionais tanto ao nível da estrutura administrativa e política, tanto ao nível dos públicos e das comunidades de cidadãos. Impõe-se, portanto, um diagnóstico à evolução dos territórios para identificar padrões de comportamento na gestão autárquica.

De acordo com os Censos (2011), Armação de Pêra é uma vila piscatória com uma população residente de 4867 habitantes e uma população presente de 5033. Em razão da sazonalidade, este número tende a crescer exponencialmente para números que rondam os 70 a 80.000 residentes no período do Verão.

Uma análise rápida da Tabela 1, fornece-nos uma compreensão genérica, mas importante, acerca das opções políticas tomadas em função da população residente. Será igualmente interessante comparar o património edificado e efetuar os cálculos quanto às contribuições autárquicas, em matéria de IMI.

**Tabela 1 - Quadro 1.01 População Residente, População Presente, Famílias, Núcleos Familiares, Alojamentos e Edifícios**

ZONA GEOGRÁFICA	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos coletivos	Edifícios clássicos
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Salir	2 775	1 381	1 394	2 671	1 324	1 347	1 163	-	914	2 009	2 006	3	7	1 935
Loulé (São Clemente)	17 358	8 293	9 065	16 546	7 896	8 650	6 895	6	5 417	10 255	10 246	9	14	5 484
Loulé (São Sebastião)	7 433	3 656	3 777	7 155	3 515	3 640	2 882	-	2 315	4 743	4 719	24	2	3 559
Benafim	1 069	516	553	935	443	492	470	-	359	749	749	-	1	722
Tôr	885	453	432	875	446	429	344	-	288	525	521	4	1	511
Monchique	6 045	3 046	2 999	5 907	2 984	2 923	2 583	3	1 883	4 588	4 586	2	10	4 201
Alferce	441	231	210	434	226	208	199	-	142	428	428	-	-	423
Marmelete	787	406	381	772	398	374	365	-	241	722	721	1	-	719
Monchique	4 817	2 409	2 408	4 701	2 360	2 341	2 019	3	1 500	3 438	3 437	1	10	3 059
Olhão	45 396	22 174	23 222	44 327	21 531	22 796	17 642	10	14 057	26 225	26 132	93	36	15 253
Fuseta	1 918	930	988	1 832	879	953	771	1	602	1 393	1 393	-	2	873
Moncarapacho	7 717	3 832	3 885	7 479	3 692	3 787	3 036	2	2 445	4 977	4 959	18	12	4 393
Olhão	14 914	7 098	7 816	14 512	6 902	7 610	6 148	2	4 617	8 947	8 931	16	9	3 808
Pechão	3 601	1 773	1 828	3 460	1 698	1 762	1 393	-	1 143	1 910	1 871	39	1	1 263
Quelfes	17 246	8 541	8 705	17 044	8 360	8 684	6 294	5	5 250	8 998	8 978	20	12	4 916
Portimão	55 614	26 853	28 761	56 530	27 522	29 008	22 740	25	17 012	46 943	46 887	56	138	14 921
Alvor	6 154	3 011	3 143	7 371	3 768	3 603	2 462	3	1 882	7 327	7 320	7	24	3 234
Mexilhoeira Grande	4 029	2 000	2 029	3 946	1 949	1 997	1 541	4	1 244	2 724	2 716	8	3	2 399
Portimão	45 431	21 842	23 589	45 213	21 805	23 408	18 737	18	13 886	36 892	36 851	41	111	9 288
São Brás de Alportel	10 662	5 232	5 430	10 322	5 043	5 279	4 286	2	3 336	6 562	6 552	10	14	4 958
São Brás de Alportel	10 662	5 232	5 430	10 322	5 043	5 279	4 286	2	3 336	6 562	6 552	10	14	4 958
Silves	37 126	18 525	18 601	36 887	18 416	18 471	14 969	15	11 599	32 558	32 522	36	59	18 183
Alcantarilha	2 540	1 247	1 293	2 674	1 315	1 359	999	2	778	1 700	1 700	-	7	1 398
Algoz	3 831	1 923	1 908	3 656	1 825	1 831	1 505	1	1 214	2 347	2 345	2	3	1 866
Armação de Pêra	4 867	2 397	2 470	5 033	2 473	2 560	2 007	1	1 467	11 255	11 251	4	9	1 651
Pêra	2 432	1 206	1 226	2 358	1 156	1 202	976	-	750	2 245	2 242	3	3	1 714
São Bartolomeu de Messines	8 430	4 212	4 218	8 275	4 156	4 119	3 462	4	2 713	5 807	5 800	7	13	4 839
São Marcos da Serra	1 352	697	655	1 346	695	651	642	-	419	1 163	1 161	2	1	1 095
Silves	11 014	5 506	5 508	11 009	5 527	5 482	4 359	7	3 422	6 521	6 511	10	22	4 652
Tunes	2 660	1 337	1 323	2 536	1 269	1 267	1 019	-	836	1 520	1 512	8	1	968

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2012)

Se somarmos a população residente das freguesias de Silves (11014) e São Bartolomeu de Messines (8430) temos um semi-total de 19444, mais de metade dos 37126 residentes no Concelho.

Por outro lado, e apesar de Armação de Pêra contar apenas com uma população residente de 4867 habitantes, a mesma Tabela 1 parece indicar que é esta vila a freguesia que mais contribui para as receitas de IMI do concelho. Afinal, e numa primeira observação, verifica-se que 11.255 dos 32.522 alojamentos familiares do concelho situam-se em Armação de Pêra. Para testar a validade desta hipótese, consideremos os dados dos Serviços de Finanças de Silves apresentados na Tabela 2 e no gráfico da Figura 1.

Tabela 2 - Contribuições do IMI 2012 - Concelho de Silves por freguesias

Freguesias	Contribuições do IMI 2012 - Concelho de Silves / Freguesias		
	Rústico	Urbano	TOTAL
Alcantarilha	17.991,06 €	384.749,71 €	409.104,01 €
Algoz	21.599,51 €	418.588,34 €	441.000,71 €
Armação de Pêra	3.037,57 €	3.136.093,45 €	3.161.969,71 €
Pêra	13.294,58 €	376.408,18 €	395.439,58 €
SB Messines	66.436,33 €	697.354,76 €	771.315,10 €
SM Serra	16.245,16 €	51.748,88 €	68.546,12 €
Silves	68.679,47 €	1.036.516,91 €	1.105.196,38 €
Tunes	6.737,02 €	220.773,15 €	227.510,17 €
<b>TOTAL DO CONCELHO</b>	<b>214.020,70 €</b>	<b>5.064.943,32 €</b>	<b>6.580.081,78 €</b>

Fonte: Serviço de Finanças de Silves (5 de Julho de 2013)

Figura 1 - Receitas do Município de Silves IMI 2012



Fonte: Município de Silves (Outubro de 2013)

Em 2012, o concelho recebeu de IMI 214.020,70 € em IMI Rústico e 5.064.943,32€ em IMI Urbano, num total de 6.580.081,78 €.

Deste valor, 3.161.969,71 € provêm da soma das parcelas referentes ao IMI Rústico e Urbano da freguesia de Armação de Pêra, ou seja, 48,05 % da receita global do concelho em IMI. Se a este valor somássemos as contribuições da vizinha União de Freguesias de Alcantarilha (409.104,01 €) e Pêra (395.439,58 €), apuraríamos um total de 3.966.513,3 €, pelo que se conclui que o peso relativo desta tríade de freguesias é de 60,28% nas contas de IMI do concelho de Silves.

Num exercício semelhante, desta feita, através da análise da Tabela 3 e do gráfico da Figura 2, identificamos um padrão semelhante no que toca à receita do Município de Silves resultante do pagamento de taxas associadas à Ocupação de Via Pública e Publicidade.

Se o a receita total para o Município é de 106.566,18 €, só Armação de Pêra contribui com 63.441,94 €, ou seja, 63,01%.

**Tabela 3 - Receitas do Município de Silves - Ocupação de Via Pública e Publicidade**

Freguesias	Total
	Alcantarilha
Algoz	4.542,52 €
Armação de Pêra	63.441,94 €
Pêra	3.284,97 €
SB Messines	13.460,37 €
SM Serra	542,02 €
Silves	15.209,49 €
Tunes	1.452,44 €
<b>TOTAL DO CONCELHO</b>	<b>106.566,18 €</b>

Fonte: Município de Silves (Outubro de 2013)

**Figura 2 - Receitas do Município de Silves - 2013 - Ocupação de Via Pública e Publicidade**



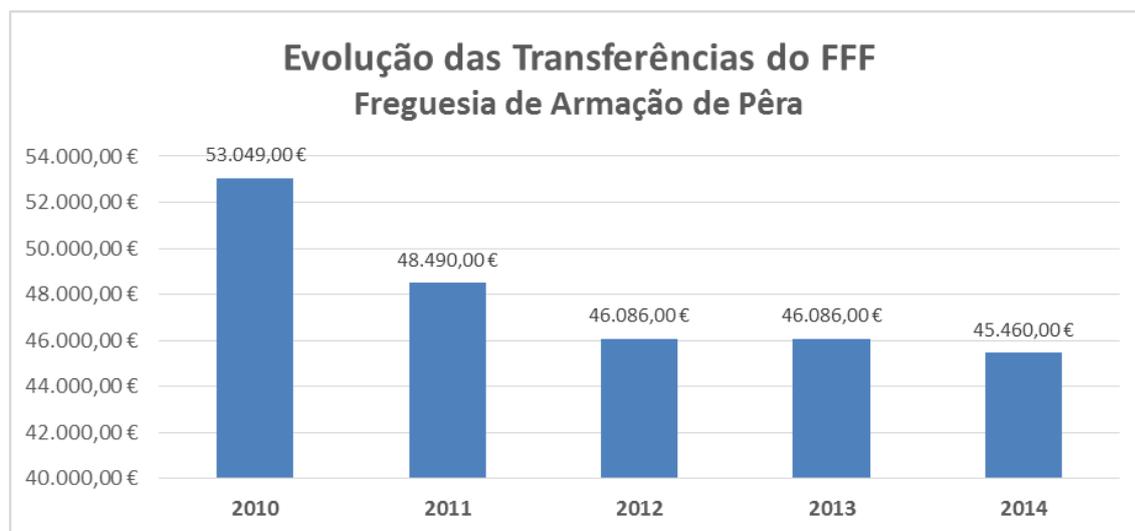
Uma vez mais, se comprova o peso e a importância estratégica desta freguesia no concelho. Seria então de esperar que a par da relevância contributiva de Armação de Pêra - quer pelas contribuições de IML, quer pelo pagamento das Taxas de Ocupação da Via Pública e Publicidade - se fizesse sentir uma crescente dotação do investimento e aposta no desenvolvimento na chamada “galinha dos ovos de ouro”. Será que é isso que indica a evolução das transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)?

**Tabela 4 - Evolução das Transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias**

Freguesias	Transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Alcantarilha	48.337,00 €	44.183,00 €	41.992,00 €	41.992,00 €	80.342,00 €
Pêra	45.417,00 €	41.514,00 €	39.456,00 €	39.456,00 €	85.282,00 €
Algoz	58.257,00 €	53.251,00 €	50.611,00 €	50.611,00 €	85.282,00 €
Tunes	41.261,00 €	37.715,00 €	35.845,00 €	35.845,00 €	85.282,00 €
Armação de Pêra	53.049,00 €	48.490,00 €	46.086,00 €	46.086,00 €	45.460,00 €
SB Messines	203.235,00 €	185.770,00 €	176.559,00 €	176.559,00 €	174.161,00 €
SM Serra	106.324,00 €	97.187,00 €	92.368,00 €	92.368,00 €	91.113,00 €
Silves	191.744,00 €	175.267,00 €	166.577,00 €	166.577,00 €	164.314,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>747.624,00 €</b>	<b>683.377,00 €</b>	<b>649.494,00 €</b>	<b>649.494,00 €</b>	<b>640.672,00 €</b>

Fonte: Município de Silves (2014)

Figura 3 - Evolução das Transferências do FFF



Fonte: Município de Silves

Apesar de Armação de Pêra acompanhar a tendência geral de diminuição das Transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias ao longo dos últimos cinco anos, o facto é que no bolo dos 640.672,00 € do valor atribuído, apenas 7,1% chega aos cofres da freguesia.

De uma forma geral, encontramos um desfasamento incompreensível entre aquilo que a freguesia contribui e o esforço autárquico retribuído. Certo é que a gestão do FFF deriva do Orçamento de Estado, com base num conjunto de critérios que deixam de parte as potencialidades e as características dos territórios.

Com as alterações previstas no ponto 1 do Art.º 23º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, as freguesias passam a receber na sua totalidade “o produto da receita do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos;”

<http://www.dre.pt/pdf1s/2013/09/16900/0549905519.pdf>

Um por cento pode parecer muito mas, de facto, até acaba por ser um presente envenenado, uma vez que este aumento não acompanha a transferência do FFF para fazer face às novas delegações de competências. Uma atualização favorável desta lei teria de conceber a possibilidade de aumentar a retenção do IMI nas freguesias, de modo a reforçar de forma efetiva as suas competências e capacidade de resposta.

Portanto, é razoável que os cidadão locais se questionem: se Armação de Pêra é a freguesia que mais contribui para a riqueza do concelho de Silves, quer por via dos pagamentos de IMI, quer pelas Taxas de Publicidade; se é esta a freguesia que pelas suas

características consegue captar o maior volume de turistas e formação de comunidades transitórias, não seria de esperar um maior esforço autárquico para estimular e apoiar o desenvolvimento de forma a fomentar a coesão territorial?

De uma forma geral, encontramos um desfasamento aparentemente incompreensível entre aquilo que a freguesia contribui e o esforço autárquico retribuído. Não obstante o peso do poder central nas dotações do FFF, é por demais evidente uma falta de aposta dos executivos. Pela análise dos números, talvez parte da resposta esteja na disparidade dos números relativos à população residente nas freguesias do concelho. Uma vez que a maioria dos votantes está concentrada nas freguesias de Silves e S. Bartolomeu de Messines, do ponto de vista político é natural que haja uma tendência para gerir os dinheiros públicos por forma a não defraudar o eleitorado.

Como perceberemos, o binómio entre cores partidárias contribui como factor de cisão entre o executivo autárquico e as freguesias geridas por partidos diferentes, o que indiretamente afeta e condiciona as iniciativas da sociedade civil.

Perante tais factos e num contexto de mobilização social, a Polis Apoteose considerou que esta realidade não poderia ser encarada com passividade.

Conscientes dos números e das características geográficas, hidrográficas, turísticas, hoteleiras e gastronómicas, concluiu-se que a criação de uma agenda cultural forte e diversificada contribui para aumentar o já elevado número de visitantes que Armação de Pêra recebe, e atendendo a que muitos foram aqueles que ali compraram casa de férias, o resultado traduz-se na captação de residentes na localidade. Alcançando-se este resultado, do ponto de vista táctico da política, a distribuição do eleitorado dilui-se, o que reforça o grau de compromisso dos executivos para com as freguesias. Não está em causa o apoio à prevalência de uma determinada gestão partidária, mas sim a vontade de que se esbatam as barreiras e obstáculos a uma nova forma de estar em democracia, capaz de dar respostas concretas aos desafios do poder local.

## 2.2 Conceção

Traçado um quadro inicial das características do território em matéria de população e fiscalidade, importa conseguir olhar para as megatendências globais e como elas podem influir numa concepção estratégica de médio-longo prazo.

Em *O Futuro das Cidades*, José Mendes (2012) traça o perfil da “Cidade Incubadora” naquilo que descreve como “as cinco dimensões do sucesso” - “Intelectual”, “inovadora”,

“conectada”, “autêntica” e “sustentável”. Estas dimensões relacionam-se com sete mega-tendências globais que afetam a esfera local: 1) Globalização e Glocalização 2) Urbanismo e Migração 3) Economia da Inovação 4) Demografia e Força do Trabalho 5) Futuro da Energia 6) Clima e Ambiente 7) Individualismo e Redes Sociais.

Decorrentes destas mega-tendências, Mendes aponta quinze desafios específicos que podem ser convertidos em oportunidades (Figura 4) para uma administração que reflita uma correta avaliação dos territórios e que se materialize numa aposta estratégica conducente - “visão-liderança-marca”.

**Figura 4 - Desafios decorrentes das Mega-Tendências Globais nas Dimensões do Sucesso da Cidade Incubadora**

DESAFIOS DECORRENTES DAS MEGA-TENDÊNCIAS GLOBAIS	DIMENSÕES DO SUCESSO DA CIDADE INCUBADORA				
	Intelectual	Inovadora	Conectada	Sustentável	Autêntica
D1: Imigrantes, na sua diversidade e multiculturalidade	crítica		relevante		relevante
D2: Educação terciária de alto nível	crítica	relevante			
D3: Talentos de classe internacional	crítica	relevante	relevante		relevante
D4: Plataformas de I&D+i	relevante	crítica	relevante		
D5: Plataformas de empreendedorismo	relevante	crítica	relevante		
D6: Prototipagem de inovações ( <i>living-labs</i> )	relevante	crítica			relevante
D7: Conectividade electrónica ubíqua		relevante	crítica		
D8: Redes da globalização	relevante	relevante	crítica		
D9: Governo e serviços centrados no cidadão		relevante	crítica		
D10: Eficiência, segurança, estética e sustentabilidade			relevante	crítica	relevante
D11: Fontes de energia renováveis e redes inteligentes		relevante		crítica	
D12: Emissões e exposição à poluição urbana		relevante		crítica	
D13: Activos únicos de projecção global	relevante	relevante	relevante	relevante	crítica
D14: População envelhecida			relevante		crítica
D15: Expressão, identidade e diversidade	relevante				crítica

Assim, uma cidade que, por exemplo, aspire afirmar-se pela dimensão intelectual tem que necessariamente contar com uma “educação terciária de alto nível”, o que implica nomeadamente a presença de estruturas universitárias que favoreçam também a captação de “talentos de classe internacional” e de “imigrantes, na sua diversidade e multiculturalidade”. A questão não tem tanto a ver com a criação de novas estruturas, especialmente numa fase em que a capacidade de investimento em obra pública está fortemente condicionada. Tem antes que ver com uma análise acertiva dos recursos ou características de um determinado território por forma a reforçar a afirmação desses activos na promoção dos mesmos.

O projecto Polis 3.0 brotou a partir de uma ideia que incorporava em si uma forte ambição de desenvolvimento, assente na valorização dos ativos que poderiam afirmar a marca Baía de Armação de Pêra.

A ideia original do projecto Pirate Weekend aconteceu informalmente numa conversa entre três amigos (David Simões, Noel Vieira e Áxel Correia). Consistia esta ideia inicial na concretização de um Fim de Semana Pirata, temática que deriva do passado histórico da vila de Armação de Pêra, da sua configuração geográfica e também hidrográfica, na medida em que aqui se situa o maior recife natural de Portugal.

O que era então uma ideia vaga deu lugar a um primeiro esboço do que poderia vir a ser este evento de larga escala numa zona em que até então sempre escasseou o acesso a uma agenda cultural alternativa e de qualidade.

Este primeiro esboço viria então a ganhar profundidade e consistência científica no âmbito deste Mestrado em Ciência Política (CP) na Universidade da Beira Interior (UBI). Por um lado, a leitura, a reflexão e o debate em sala de aula forneceram as bases do Pensamento, com variadas referências clássicas e contemporâneas sobre a governação, sobre os sistemas e sobre os regimes. Por outro, a análise sistémica providenciada pelo estudo e debate das Políticas Públicas e das Políticas Públicas Regionais permitiram uma abordagem planisférica sobre as múltiplas possibilidades organizacionais, dentro e fora de Portugal.

A complementar e a fechar os alicerces, uma incursão pelo mundo da Comunicação Política, do spinning e do lobbying haveria de dar conta de um conjunto de competências e habilidades assaz cruciais para o envolvimento com os públicos e com a consecussão da visão adentro do sistema político português.

Feita esta visita de estudo, estavam estabelecidas as bases para conceptualizar e operacionalizar, primeiro no papel e depois no terreno, um conjunto de pressupostos que haveriam de orientar a prática aquando da implementação do projecto Polis Apoteose e Polis 3.0.

## **2.3 Mobilização e Organização dos Pares**

Findo o primeiro ano de Mestrado, estava já delineada a estratégia e em marcha os planos para a sua instauração. Se numa fase primitiva do projecto acreditávamos que o caminho passaria pela incubação e integração da ideia numa das estruturas associativas locais já existentes, o diagnóstico efetuado indicou-nos que a criação de uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, seria a melhor opção para operacionalizar a estratégia com autonomia e rigor.

Do planeamento à execução há um longo caminho a percorrer. Se as ideias podem ser concebidas por poucos, a efectivação depende de um trabalho colectivo. Surge então a indispensável mobilização dos pares e sucedânea organização dos mesmos.

Para Bernardo Toro (1996, 1997), “mobilizar significa convocar vontades para atuar na busca de um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados” (1997) (cit in Rabelo, 2002) É pela manifestação da ação de cada indivíduo que se observa o reflexo do sentido duplo de responsabilidade ou chamamento e aptidão para a produção de mudanças. Em consequência este “ato de comunicação” resulta da experiência partilhada de “interpretações e sentidos” (1997:30).

O percurso colectivo estende-se assim por um período de tempo em que a partilha e a construção de narrativas estreitam os laços entre os membros que a vivenciam, o que reforça na consciência colectiva tanto a responsabilidade como a confiança na capacidade de produção do grupo.

É então natural que para Bernardo Toro “só através da mobilização social, será possível construir uma nova forma de convivência democrática, baseada na cidadania e no desenvolvimento”, o que aparece em evidente harmonia com as virtudes da Doutrina da Sabedoria das Multidões, conforme revisitada na Parte I.

De volta à Baía de Armação de Pêra, procurou-se um conjunto de indivíduos com formações ambivalentes e diversificadas, mas com um denominador comum: a generalidade partilhava uma experiência colectiva idêntica - cresceram perante a ausência de uma agenda cultural de qualidade e o desejo de desenvolver a sua terra.

Com a nítida visão do objectivo de “criar e fundar com outros a ordem social desejável para todos”, Toro propõe três categorias de atores presentes em processos de mobilização: o **produtor social**, o **reeditor social** e o **editor**. Enquanto que o produtor, pessoa ou instituição é dotado da “credibilidade” ou “legitimidade” para expressar determinadas “vontades de mudança” e apresenta ou tem a capacidade para reunir as condições necessárias à sua concretização, o reeditor social - termo originalmente estabelecido por Juan Camilo Jaramillo (1991) - é alguém que consegue “readequar mensagens, segundo circunstância e propósitos” e que é “capaz de modificar as formas de sentir e atuar de seu público”, fruto da sua condição social ou atividade profissional. (Toro, 1997:41). Por sua vez, o editor dá forma à construção e divulgação de imaginários, através da sua redação ou elaboração processual. Estamos, pois, no domínio da comunicação pura. (1997:43).

Neste período do Verão de 2013, deparávamos-nos já com um primeiro problema ao nível da mobilização: devido às características específicas do território algarvio, a sazonalidade dá

também origem a um forte incremento do trabalho temporário, razão pela qual se torna particularmente complicado conciliar a agenda das onze pessoas escolhidas para constituir os órgãos sociais da Associação (Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal).

Pelo meio estava em curso o período de campanha para as eleições autárquicas. Ainda em Junho, o projecto foi apresentado ao executivo da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, que desde o primeiro momento reconheceu o valor do projecto e se comprometeu a apoiar.

Findo o período de eleições a 29 de Setembro de 2013, o Partido Social Democrata (PSD) renovou o seu mandato na Freguesia com maioria absoluta (56%), mas perdeu o Município para a Coligação Democrática Unitária (CDU). Os resultados práticos traduziram-se no empossamento de Ricardo Pinto como Presidente do Executivo da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, depois de um mandato como tesoureiro no executivo que cessou funções. Ao nível da Câmara Municipal de Silves, Rosa Palma sucedeu ao Presidente de Câmara interino, Rogério Pinto, depois da saída antecipada de Isabel Soares.

Para os efeitos de análise, é pouco relevante debruçarmos-nos neste momento sobre as razões que levaram à mudança partidária no Município, mas antes perceber o campo de afetação deste processo. Por um lado, no período que antecedeu a constituição da associação, cada membro manifestou e participou de forma activa no debate e confronto de ideias sobre os diferentes programas e estratégias dos candidatos.

Por outro, importa averiguar no decorrer deste relatório quais os efeitos ou consequências do binómio entre cores partidárias ao nível local e concelhio. Será esta diferença um factor de neutralização de forças, fertilizando-se o terreno com vista à consecução das vontades e aspirações dos munícipes organizados? Ou no espectro oposto, pode esta antítese política resultar em bloqueios e constrangimentos para o desenvolvimento e afirmação das localidades? Em caso afirmativo, que soluções se podem perspectivar? Que instrumentos estão ao dispôr dos cidadãos para prosseguir e tornar conseqüente o debate e a disputa política, independente e apartidária?

Para responder a estas e outras questões teremos em seguida de fazer uma longa e conturbada viagem até às origens da organização do grupo de jovens que viria a formar a Polis Apoteose - Associação e perceber o seu trajeto ao longo do primeiro ano de vida.

## **2.4 Associação na Hora**

“Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os

respectivos fins não sejam contrários à lei penal.” (Artigo 46º da Constituição da República Portuguesa)

O contacto com uma nova possibilidade de organização favoreceu o fomento da empatia entre os membros pelo desejável cenário apresentado. Haveriam depois, de se tornar tais membros nos editores de uma narrativa partilhada, à medida que eram dados os passos rumo à sua efetivação.

Após muitas conversas informais sobre o projecto Polis 3.0 e o projecto Pirate Weekend e ultrapassados os constrangimentos resultantes da sazonalidade - especialmente nos meses de Verão, altura em que os trabalhos temporários disparam - e ultrapassado o processo eleitoral, para trás ficaram as diferenças e desencadeou-se o processo de produção social e encontrou anuência junto dos reeditores.

A equipa organizou-se em torno de um mesmo conjunto de vontades e aspirações, e a 1 de Outubro de 2013 a Polis Apoteose adquire personalidade jurídica na Loja do Cidadão em Faro, aquando do processo de constituição de Associação na Hora.

Sob a tutela do Ministério da Justiça, encontramos no site <http://www.associacaonahora.mj.pt/> o essencial da informação para qualquer grupo de cidadãos que, de acordo com a sua área de interesse, se queira organizar coletivamente para promover uma causa ou fomentar um projecto.

Através do Regime Simplificado que a Associação na Hora disponibiliza, simplifica-se o processo burocrático deixando de ser necessário “obter, previamente, o certificado de admissibilidade da firma, junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas”. Deixa ainda de ser necessário “celebrar uma escritura pública; o envio físico dessa escritura ao Ministério Público; o seu depósito no Governo Civil; as publicações no Diário da República.”. Assim, “passa a ser possível constituir uma associação num único balcão e de forma imediata.”

Ao mesmo tempo, ao efetivar este acto público a entidade recebe de imediato “o cartão electrónico de pessoa colectiva mediante a atribuição de um código de acesso visualizável em [www.irn.mj.pt](http://www.irn.mj.pt) ou em [www.empresaonline.pt](http://www.empresaonline.pt) e é-lhes comunicado o número de identificação da Segurança Social; a certidão do acto constitutivo da associação e os respectivos estatutos; o acto constitutivo e os estatutos são publicados de imediato no sítio <http://publicacoes.mj.pt/>, de acesso público e gratuito.” Durante um ano, a associação tem ainda direito de forma gratuita a um domínio na Internet, assegurado pela Associação DNS.PT

Neste mesmo site da Associação na Hora, é possível pré-visualizar um conjunto de nomes disponíveis para denominar a entidade. Desta forma, evitam-se encargos monetários com o Registo da Marca, ainda que seja possível efectuar na hora o registo da mesma.

O objetivo em cima da mesa era encontrar um nome que se coadunasse com os objectivos a que nos propunhamos - POLISAPOTEOSE. De um lado a Cidade e a Cidadania, do outro a Apoteose ou Glorificação. Entendemos e reproduzimos o nome como “a glorificação da vida em cidadania”. No fundo, o assumir e o despertar colectivo para o papel da intervenção dos cidadãos na condução da vida e dos destinos dos locais em que habitamos.

Desta forma bastou-nos adequar e definir o objecto ou o fim/finalidade da associação, personalizar os estatutos e efectuar o acto público pela quantia de 300 €, divididos pelas onze pessoas que constituem os órgãos sociais. Uma vez preferida a opção de nomeação dos corpos sociais, são imediatamente indicados os cargos que cada membro fundador ocupa, descartando-se a necessidade de convocar eleições. No final todos os membros assinam e rubricam todas as folhas do Acto de Constituição, bastando para efeitos de confirmação celebrar uma acta de tomada de posse dos corpos sociais num Livro de Actas.

Dado este passo importante, esbate-se a necessidade de reunir a totalidade dos membros em todas as ocasiões, pois a partir daqui é a Direção que “compete a gerência social, administrativa e financeira da associação” e “representar a associação em juízo, dentro e fora dela” (Artigo 6º dos Estatutos)

Sendo a liberdade de associação um direito constitucional adquirido, este está devidamente protegido e consagrado através de legislação própria que o regula e define. Na Lei nº23/2006, encontramos o enquadramento jurídico do associativismo jovem. Define o presente regulamento que são associações de jovens “as associações com mais de 75% de associados com idade igual ou inferior a 30 anos, em que o órgão executivo é constituído por 75% de jovens com idade igual ou inferior a 30 anos” (Artigo 3º), bem como as associações sócio-profissionais, com uma formação idêntica. Equiparam-se a associações juvenis “as organizações de juventude partidárias ou sindicais”, “as associações sindicais”, as “associações de estudantes”, “federações de associações” e outras “entidades sem fins lucrativos de reconhecido mérito e importância social que desenvolvam actividades que se destinem a jovens, mediante despacho anual do membro do Governo responsável pela área da juventude.”. ([https://juventude.gov.pt/Legislacao/Documents/lei\\_23\\_2006.pdf](https://juventude.gov.pt/Legislacao/Documents/lei_23_2006.pdf))

O Artigo 6º prevê que “as associações de jovens gozam de autonomia na elaboração dos respectivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus órgãos dirigentes, na gestão e administração do respectivo património e na elaboração dos planos de actividade, no respeito pela lei e pelos princípios da liberdade, da democraticidade e da

representatividade.” Fica assim explicitado o valor e peso institucional que a constituição de uma associação acarreta na dinamização de uma causa por um grupo organizado.

Mas as vantagens organizacionais não se ficam por aqui. Ao submeter a inscrição no RNAJ - Registo Nacional do Associativismo Jovem, as associações tornam-se elegíveis a Programas de Apoio, pautados pelos “princípios da transparência, objectividade e respeito pela autonomia e independência das associações e seus dirigentes, nos termos definidos na presente lei.” (Artigo 7º) Entre estes os principais programas de apoio financeiro estão o PAJ - Programa de Apoio Juvenil - que é concedido em função de uma análise pontual e global ao Plano Anual de Atividades - e o PAI - Programa de Apoio Infra-estrutural, que procura ajudar as Associações Juvenis na aquisição de materiais (medida 1) e na construção ou requalificação de espaços que funcionem como sedes (medida 2). Enquanto que a medida 1 tem um limite de até 2500€ anuais por entidade, a medida 2 pode chegar até um máximo de 50.000 € / anuais. Logo aqui, percebe-se o potencial da inclusão das associações juvenis nos processos de requalificação de património imóvel público.

(<https://juventude.gov.pt/Associativismo/PAAJ/PAI/Paginas/PAI.aspx>)

A validação deste Registo é feita mediante a submissão de um formulário online no Portal da Juventude (<https://juventude.gov.pt/>) e apreciação da documentação anexa pelos serviços do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude. Concluído o processo, é atribuído ao Presidente do órgão executivo da entidade uma senha de acesso para a manutenção online do RNAJ. Importa acrescentar que embora sejam necessários nove membros para a composição dos órgãos sociais da associação, na fase em que é feito o registo a mesma deve já ter pelo menos vinte associados, valorizando-se ainda uma composição que aponte para a igualdade de géneros.

Ainda no domínio dos benefícios da inscrição no RNAJ estão a qualificação para concorrer a outros programas de apoio, no âmbito dos Municípios e suas freguesias. No caso concreto do Concelho de Silves, o Município regula o PAAJU - Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil e a freguesia de Armação de Pêra criou em 2013 o PAIFAP - Programa de Apoio às Instituições da Freguesia de Armação de Pêra. Estes dois programas prevêm patamares de apoio financeiro conforme as rubricas de execução de cada iniciativa incluída no Plano Anual de Atividades. A atribuição destas verbas implica habitualmente uma candidatura prévia e apresentação posterior de um relatório de despesas e da atividade.

A nível europeu, o novo quadro comunitário 2014-2020 também apresenta uma panóplia de novas possibilidades de cooperação e promoção da mobilidade, nomeadamente através do programa Erasmus +, que vem agregar os antigos programas Erasmus, Erasmus Mundus, Leonardo Da Vinci, Comenius, Jean Monet, Juventude em Ação e Desporto. Em Portugal este programa é gerido pela Agência Nacional Erasmus + Juventude em Ação e pela Agência

Nacional Erasmus + Educação e Formação, de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros nº 15/2014, de 24 de Fevereiro.

Uma vez que as associações RNAJ são elegíveis no âmbito do Erasmus +, convém sintetizar as três áreas chaves do programa: 1. Mobilidade para Jovens e Animadores de Juventude, através de Intercâmbios, Serviço Voluntário Europeu (SVE) e Formação e Criação de Redes; 2. Cooperação para a Inovação e intercâmbio de boas práticas, mediante o favorecimento de parcerias estratégicas e do reforço das capacidades no domínio da Juventude e 3. Apoio às Reformas Políticas, mediante o estímulo às reuniões de diálogo estruturado. (Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, 2014)

## 2.5 Estatutos

Os Estatutos constituem uma parte importante do esqueleto de qualquer associação. Ainda que numa fase inicial este documento pareça somente uma formalidade burocrática, são os Estatutos que vão estabelecer a base jurídica do funcionamento da associação.

No Anexo A, o leitor poderá encontrar o documento de constituição da Associação, onde são definidos os estatutos. No entanto, e para uma abordagem do presente, focamos-nos neste sub-capítulo apenas nos aspectos cruciais para uma definição estatutária, que garanta por um lado a estabilidade política da organização e que por outro assegure os meios para o cumprimento da visão holística que a sustenta. Consideremos então os estatutos mediante três pilares para uma arquitectura organizacional eficaz: Definição dos fins, Estabilidade Governativa e Separação de Poderes.

Quanto aos objectivos da associação e quanto à finalidade para a qual está terá sido criada, sintetizou-se no Artigo 2º uma sentença que, de uma forma genérica, abarca todas as áreas de intervenção consideradas fundamentais,

“A associação tem como fim promover a cidadania, mediante a propiciação e incentivo à formação de círculos de trabalho dinâmicos e multidisciplinares com capacidade de produção, execução e mobilização de projectos com relevância social, cultural, lúdica e tecnológica.”

Por uma questão de especificidade enumerou-se em seguida um conjunto de actividades passíveis de serem executadas. Dizemos, por uma questão de especificidade, porque para efeitos de registo perante a Autoridade Tributária e Aduaneira é necessário, num prazo máximo de 90 dias, fazer a Declaração de Início de Atividade, indicando para o efeito o(s)

CAE - Código de Atividade Económica, que balizam o espectro da área de intervenção de uma entidade, seja ela com ou sem fins lucrativos.

A definição dos fins ou objectivos é já um primeiro passo para a criação da identidade da organização, como veremos no capítulo seguinte, mas porque essa definição não basta, é fulcral assegurar uma estratégia que forneça a estabilidade governativa e política a médio prazo. Encontramos então no Artigo 4º que “são órgãos da associação a assembleia geral, o conselho fiscal e a direção” e que “o mandato dos titulares de órgãos sociais é de 4 (quatro) anos”. Desta forma, garante-se por um lado a necessária separação de poderes prevista nos artigos seguintes, sem descurar a duração do mandato, abrangente o suficiente para poder implementar uma estratégia ou programa eleitoral sem os contrangimentos resultantes de um certo eleitoralismo que amiúde prejudicam o funcionamento de muitas associações.

É claro que tratando-se de um projecto embrionário e perante um elevado grau de incerteza quanto ao cumprimento dos objectivos e quanto à longevidade do projecto, poderia-se questionar a necessidade ou os motivos para mandatos tão extensos. Olhando, no entanto, até para a data em que a associação se constitui, extrai-se também uma vontade de fazer coincidir o mandato dos órgãos sociais da Polis Apoteose, com o mandato autárquico (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleia de Freguesia).

Por esta via, estabelece-se um novo barómetro ou indicador de desenvolvimento para avaliar o progresso na localidade e no concelho, tendo em conta o ciclo político vigente ao nível local e concelhio. Daí, decorrerão as ilações cívicas e políticas que a seu tempo serão objecto de discussão e análise nos órgãos de comunicação social e no seio das comunidades.

No longo prazo, o crescimento ou o retrocesso, o funcionamento da engrenagem ou a inércia desta, contará com um novo ângulo de abordagem que tendencialmente reforç a atenção e a vigilância da sociedade civil. Em síntese, podemos afirmar que a coincidência dos ciclos de governação dota a associação de uma certa função de Observatório para a política local e municipal.

Quanto à vital separação de poderes para uma gestão eficiente e transparente, ela está consagrada através da vigência de corpos sociais distintos (Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal), com competências também elas distintas. No caso da Polis Apoteose tais competências são definidas nos Artigos 6º, 7º e 8º.

“A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.” (Artigo 6º, número 1) Este é o órgão máximo da associação representado pela mesa de assembleia geral, que “é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respectivas actas.” Os poderes

da assembleia geral não se esgotam na presidência de reuniões, pois em caso de gestão danosa, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pode dissolver a associação e convocar eleições antecipadas.

A Direção, por outro lado, é o corpo que assegura o funcionamento da associação no seu dia-a-dia. Compete-lhe “a gerência social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.” (Artigo 6º, número 2) A Direção da Polis Apoteose “é composta por 5 associados: um presidente, um vice-presidente, dois secretários e um tesoureiro.” (Artigo 6º, número 1)

Atente-se que para formar uma associação são necessários 9 (nove) membros, de modo a que cada órgão social conte com um número ímpar de três associados. No entanto, no processo de constituição da Polis Apoteose optou-se por contar com 5 (cinco) membros na Direção. Desta forma, conseguimos um corpo mais multidisciplinar em matéria de competências, maior agilidade no cumprimento de disposições, maior co-responsabilização nos projectos e maior peso decisivo em matéria de arguição junto da Assembleia Geral.

Quanto ao Conselho Fiscal, conforme disposto no número 2 do Artigo 7º, compete-lhe “fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.”

Sublinhe-se uma vez mais que, no início de um projecto de coletivização, estas talvez pareçam meras formalidades constitutivas. Não obstante, e se é da firme convicção dos cidadãos estabelecer uma estratégia de médio e longo prazo, rapidamente se percebe a o valor, a necessidade, a natureza e a vocação do correto estabelecimento dos órgãos sociais, com composições, virtudes e competências únicas, autónomas, mas ainda assim inter-dependentes.

Servem ainda os estatutos para definir questões como o objeto das receitas da associação e estabelecer procedimentos em caso de dissolução da associação.

## **2.6 Missão, Visão, Valores e Posicionamento**

Um dos maiores desafios aquando do processo de formação e construção da identidade de uma organização é a definição dos seus pilares. Este é então um exercício indispensável à formação de qualquer entidade, seja ela de que natureza for. Reflectir sobre as razões que conduziram à congregação de esforços e de recursos é um primeiro passo para se construir ou “editar” na linguagem de Toro o imaginário que percorre transversalmente o grupo e que o mobiliza.

Mas mais do que mobilizar internamente, a definição clara da Missão da Organização, a Visão, os valores que a sustentam e o seu posicionamento fornecem um quadro claro sobre o raio de ação e o *modus operandi* que por um lado dirige e justifica as orientações e decisões estratégicas e, por outro, providencia uma sucinta carta de apresentação aos parceiros, *stakeholders*, decisores políticos, imprensa e público em geral.

Neste sub-capítulo procedemos à análise do Anexo B - Briefing de Apresentação, documento que sintetiza os valores centrais da Polis Apoteose, bem como a visão e aspirações organizacionais. Este documento é complementado pela infografia do Anexo C, que representa de uma forma gráfica e iminentemente visual a representação holística da entidade.

O primeiro passo é esclarecer a Missão da Associação. Ora este passo ficou desde logo explicitado no Artigo 2º dos Estatutos,

“A associação tem como fim promover a cidadania mediante a propiciação e incentivo à formação de círculos de trabalhos dinâmicos e multidisciplinares com capacidade de produção, execução e mobilização de projectos com relevância social, cultural, lúdica e tecnológica.”

Esta frase, que como já vimos anteriormente, traduz de uma forma genérica o raio de abrangência da nossa intervenção e remete para o lema impulsionador das atividades e da estratégia subjacente - *Rebrand the city!*

Da consciência das lacunas na programação cultural e nos indicadores de desenvolvimento em Armação de Pêra partiu-se para a formulação de uma estratégia que potenciase uma renovação efectiva da imagem da localidade. Para Kotler, Hamlin, Rein & Haider (2002,p.183, cit in. Azevedo (2005)) “o marketing das localidades significa “desenhar um sítio para satisfazer as necessidades dos mercados-alvo. O seu sucesso acontece quando os cidadãos e os negócios estão satisfeitos com as suas comunidades e as expectativas dos visitantes e dos investidores são alcançadas””.

Cientes deste objectivo, a atuação da associação deve ser ulterior ao universo das aspirações do grupo, uma vez que a regulação e a facilitação dos meios para atingir a plenitude da estratégia implica a inclusão das entidades e instituições que representam a comunidade e que intervêm no espaço público. É a partir da percepção colectiva da importância do marketing das localidades, que a mudança e renovação pode acontecer.

Estando identificado o “porquê” que gera a mobilização, importa esclarecer o “como” e “o quê”. “O quê” será explicitado na Parte III, mas por ora, o “como” é condensado na Visão e nos Valores.

Quanto à visão, desenhou-se uma estratégia para um desenvolvimento *inteligente, sustentável e inclusivo* do território.

**INTELIGENTE:** Procuramos potenciar os recursos endógenos e humanísticos das regiões onde os projectos são implementados, de forma a criar valor e visibilidade mediática e estimular o gosto pela aprendizagem ao longo da vida, bem como educar para a cidadania e para as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

**SUSTENTÁVEL:** Para estimular a economia local apostamos na criação de Clusters Corporativos com vista a melhorar o ambiente empresarial entre as PME’s. Criar Eventos de Referência, aglutinadores de novos investimentos, permite combater a sazonalidade, criar novos postos de trabalho e atrair novos fluxos populacionais. A energia é uma preocupação fundamental, pelo que as ações procurarão sempre a preservação e conservação do meio ambiente, redução das emissões de dióxido de carbono e da pegada ecológica.

**INCLUSIVO:** O combate à pobreza passa pela integração de grupos minoritários, desfavorecidos ou marginalizados em iniciativas conjuntas que promovam o bem estar e a qualidade do emprego. A responsabilidade social induz-nos a favorecer o intercâmbio intergeracional na transmissão de conhecimento e experiências.

Ora estas linhas mestras que esquadriham e orientam o imaginário colectivo precisam depois de ser alicerçadas num conjunto de valores para a prática no dia-a-dia da associação. São eles os valores da Cooperação, Cidadania, Responsabilidade Social e Inovação, sintetizados nos seguintes pressupostos,

**COOPERAÇÃO:** Funcionamos como interface entre a sociedade civil, os órgãos de governação e as empresas. A colaboração não elimina a competitividade, aumenta antes a produtividade e a capacidade de resposta aos desafios do poder local.”

**CIDADANIA:** A educação para a vida cívica é o alicerce fundamental para assegurar o fortalecimento das comunidades e assim permitir um maior envolvimento de todos os actores sociais.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL:** Ao passo que criamos desenvolvimento económico, entendemos que a intervenção e inclusão social são por um lado essenciais à sua efectivação e, por outro, uma consequência lógica e natural desse desenvolvimento.

**INOVAÇÃO:** As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação abrem um leque de novas oportunidades para envolver as pessoas e as empresas em torno de estratégias de desenvolvimento. Apostamos numa estratégia de Comunicação 3.0, em que inter cruzamos o espaço físico com o espaço digital.

O somatório das condições afectas à mobilização de um projecto de cidadania fornece um quadro nítido quanto aos objectivos ou missão, que é perseguida através de uma visão e sustentada através dos valores centrais que regem a prática dos intervenientes.

Através do sentido de identidade que congrega o grupo, é então possível traçar um rumo quanto às aspirações, que se traduzem na definição do posicionamento da associação, a saber, “a POLISAPOTEOSE-ASSOCIAÇÃO aspira ser a associação de referência no desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo para uma POLIS 3.0.”. Naturalmente, as aspirações apenas se materializam no longo prazo, resultado do trabalho efectuado e do prestígio granjeado no seio de uma comunidade.

## Parte III - Relatório Anual de Atividades

Definida a missão, estabelecida a visão, encontrados os valores e traçado o posicionamento, cumpridas as disposições legais para iniciar atividade estavam reunidas todas as condições para deitar mãos à obra.

Para o primeiro ano de atividade, procurou-se levar a cabo um conjunto de iniciativas que respondessem a um conjunto de objectivos específicos, em harmonia com a conceptualização estratégica definida *à priori*: a) criar uma agenda cultural distinta b) combater a sazonalidade através de eventos pontuais distribuídos ao longo do ano c) construir uma imagem de irreverência e inovação junto da comunidade d) preparar a comunidade para o evento âncora - Pirate Weekend e) renovar progressivamente a imagem de Armação de Pêra d) promover a marca Baía de Armação de Pêra - o maior recife natural de Portugal f) fomentar o diálogo e a cooperação entre instituições e empresas na produção de eventos e assim fortalecer a comunidade.

No Anexo D encontramos o Plano Anual de Atividades para 2013-2014 da Polis Apoteose. A implementação de uma estratégia de desenvolvimento implica o auxílio de ferramentas de apoio à planificação. É neste contexto que o Plano Anual de Atividades norteia a organização com um conjunto de iniciativas que, depois de aprovadas em Assembleia Geral, definem a atuação da direção.

Este documento é especialmente importante, na medida em que aquando dos processos de candidatura a programas de apoio, frequentemente é solicitada a sua submissão. Os apoios - financeiros, técnicos ou logísticos - são, as mais das vezes, calculados em função das actividades previstas.

A definição prévia deste tipo de documento permite calcular e prever que recursos serão necessários à sua execução. Ao mesmo tempo, o Plano Anual de Atividades é também um instrumento de avaliação do desempenho organizacional, pois chegado ao fim o período de execução é tempo para verificar o êxito com que o mesmo foi ou não cumprido.

Nesta Parte III, demonstramos como foi efetivada a estratégia delineada, que instrumentos foram utilizados para a validar e apresentamos ainda um relatório sumário das atividades realizadas e do impacto alcançado com as mesmas. Ao passo que são identificados os obstáculos à sua realização, mostramos de que forma foram encontradas respostas aos desafios que se nos apresentaram.

### 3.1 Tratado Álvaro Gomes

Como já vimos, a Cooperação é um factor central da Polis Apoteose. A partir daqui, teremos a oportunidade de analisar em concreto que medidas foram tomadas para a operacionalizar. Talvez a primeira delas resulte, em primeiro lugar, da estratégia de desenvolvimento alinhavada, mas também pela dificuldade em realizar de forma autónoma a Mostra Itinerante de Artes, conforme veremos no próximo sub-capítulo.

Por ora, focamos-nos nos pressupostos que conduziram à feitura do Protocolo de Cooperação Tratado Álvaro Gomes. Conforme vimos na Parte I, a rentabilização do património público, móvel e imóvel, é condição fundamental para a capacidade de produção de projectos de cidadania sustentáveis. Para aprofundar esta questão, debruçemo-nos uma vez mais sobre o papel do Marketing no desenvolvimento dos sítios.

No decorrer da sua comunicação sobre as cidades enquanto marcas, Azevedo (2005) constata que “os produtores de políticas públicas devem entender o papel do branding de cidades enquanto ferramenta estratégica de desenvolvimento, que contribui para clarificar a identidade e o posicionamento percebido pelos públicos-alvo não residentes, ao passo que se incrementa o sentido de pertença dos residentes” (N.T. AZEVEDO, António, *Cities as Brands: The Role of Communication Strategy in Place Marketing Context*, 4º SOPCOM - Livro de Actas, 2005, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, pp. 1777 - 1778)

O envolvimento da Polis Apoteose na renovação da imagem de Armação de Pêra teria, a bem de uma estratégia concertada de longo prazo, de contar com o envolvimento e cooperação das instituições locais. Daniel Dayan e Elihu Katz (1999) apropriadamente deixam uma referência significativa,

“Como no *Adventus* romano - a cerimónia de boas vindas a um visitante importante nas portas da cidade - tem-se o cuidado de garantir a presença dos representantes de todos os grupos da comunidade; a ausência de um grupo pode ser interpretada como rejeição ou desafio. O acontecimento deve, portanto, mostrar-se adequadamente representativo de toda a comunidade.”

Desta forma, procuramos perceber quais as instituições representativas da comunidade de Armação de Pêra numa perspectiva de inclusão alargada. A partir daí identificamos três instituições preponderantes: Junta de Freguesia de Armação de Pêra, Clube de Futebol «Os Armacenenses» e Agrupamento de Escolas Silves Sul. Convidamos ainda a ASTA - Associação de Teatro e Outras Artes, pela proximidade, reconhecimento e articulação com a Universidade da Beira Interior, com quem mantivemos desde o início deste projeto um Protocolo de Cooperação e Mobilidade.

Naturalmente, existem na Freguesia de Armação de Pêra outras instituições que desenvolvem um trabalho meritório, mas para o efeito dos objetivos iniciais o pretendido era

criar uma base de trabalho que se traduzisse num documento aberto, ao qual poderiam vir a ser incluídas outras instituições.

E é nesta base que se estabelecem as condições para a celebração do Tratado Álvaro Gomes (Anexo E). Ali se define que

“é objectivo do presente tratado estabelecer uma ligação entre a POLISAPOTEOSE e os restantes outorgantes, com vista à troca e partilha de conhecimentos, ao fortalecimento da abertura à sociedade e transferência de conhecimento, recursos humanos e outros meios técnicos para a actualização da esfera empresarial e social. Acompanhamento técnico, científico e de desenvolvimento I&D favoráveis à intersecção dos vários pólos do conhecimento, por forma a estimular a participação e desenvolvimento de cada cidadão, independentemente da sua área de formação e assim, alargar a área de actuação e o papel da comunidade na vida pública activa. Procuraremos empenhadamente estimular a participação cívica, a cidadania, educar para as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação e fomentar a criação de Clusters Cooperativos e Corporativos.”

Estas determinações, embora genéricas, serviram de base para um projecto conjunto de entre-ajuda, especialmente no que “à troca e partilha de conhecimentos” e de “recursos humanos e outros meios técnicos” diz respeito. Encontrámos nestes parceiros uma abertura ao espírito de frescura e inovação que o grupo de jovens da Polis Apoteose trariam para a sazonal vila de Armação de Pêra. De acordo com o director do Agrupamento de Escolas Silves Sul, o seu papel é o de “guardião do património público”, pelo que as escolas e o espólio que lhe é próprio deve estar ao dispor da comunidade e procurar estabelecer uma ligação forte de “abertura à sociedade e transferência de conhecimento”.

Ainda antes do ato oficial que poria em vigor o Tratado Álvaro Gomes e, pela iniciativa do Presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, Ricardo Pinto, fomos apresentados ao Presidente do Clube de Futebol «Os Armacenenses», que prontamente providenciou uma reunião com a Direção do Clube, de modo a aprovar a cedência de uma sala na sua sede para que a Polis Apoteose pudesse se reunir e conduzir os seus trabalhos de uma forma digna.

Chegado então o dia 7 de Dezembro de 2013, foi então assinado pelos vários signatários o Tratado Álvaro Gomes - documento aberto que estabelece um protocolo de cooperação entre as instituições representadas - que teria uma validade de quatro anos, ou seja, até 7 de Dezembro de 2017, ocasião em que, nada havendo em contrário, o tratado se renova automaticamente por um período homólogo.

Nos próximos sub-capítulos, veremos então mais de perto a importância e a seriedade deste compromisso na efetivação de uma estratégia que poria em marcha uma agenda cultural inovadora e catalizadora de uma nova convivência democrática.

## 3.2 MIA - Mostra Itinerante de Artes

A Mostra Itinerante de Artes, após um breve apontamento aquando das festividades do S. Martinho, constituiu a primeira atividade oficial da Polis Apoteose. Para este evento de abertura, era desejo do grupo que se levasse a cabo uma festividade que marcasse uma posição junto da comunidade. Assim, foi estabelecido um Plano de Comunicação (Anexo F), em que se definia de modo claro um conjunto de objectivos específicos para este evento, entre os quais, “sensibilizar a população local para a importância das Artes e da Cultura; criar um evento de referência para a apresentação da POLISAPOTEOSE; informar parceiros e outros stakeholders dos propósitos e visão estratégica da associação; estabelecer pontes de contactos para futuras parcerias; estimular a criação de oferta cultural em Armação de Pêra e no Concelho de Silves; integrar as várias faixas etárias na condução e crescimento da vila;

incentivar o desenvolvimento de novos produtos e serviços ligados às indústrias criativas e, de uma forma geral, a criação artística e literária; estimular a proactividade do indivíduo na comunidade e educar para a cidadania e participação cívica.”

Traçou-se ainda a estratégia de meios que incluía a rodagem de um teaser que refletisse, desde logo, “a essência do conceito, as áreas de intervenção e que trabalhe desde já o branding de Armação de Pêra, como uma terra apelativa, culturalmente rica e apetrechada de gente bonita.” Este teaser viria a ficar disponível no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=-AOPFV9RH8o>). A linguagem estética baseou-se numa comunicação savvy e direccionada, por modo a que se evidenciasse uma imagem de irreverência e inovação junto da comunidade.

A par deste teaser, criou-se toda uma panóplia de material gráfico, que incluiu cartazes (Anexo G) e flyers e ainda elementos de guerrilha como patas de gatos em papel autocolante que foram colocados em locais estratégicos junto aos locais onde as atividades se desenrolariam (passadeiras junto à sede do Clube de Futebol, Mercado Municipal, Antiga Escola Primária e Palhota Clube).

No entanto, e por muito completa que a estratégia estivesse, no dimensionamento do evento estimámos o custo de produção em cerca de 7400€. Foi então submetida uma candidatura à Direção Regional da Cultura do Algarve (DRCAlg), que sem grande surpresa, foi indeferida. Por esta altura, deparámos-nos com duas hipóteses: ou racionalizávamos o evento ou não haveria condições para realizá-lo. Em reunião com o Presidente de Junta, fez-se um exercício de contenção de custos e averiguou-se junto dos parceiros locais, que instrumentos estariam ao dispôr para reduzir as despesas. Assim, e a título de exemplo, utilizou-se o sistema de som do Agrupamento de Escolas Silves Sul, os espaços públicos para a realização dos eventos, distribuiu-se o esforço da alimentação com os convidados junto da restauração local e mobilizaram-se igualmente esforços para assegurar o alojamento dos mesmos, a troco

de publicidade. Em suma, tivemos na prática a primeira terapia de choque que veio confirmar aquilo que já havia sido teorizado: o caminho a seguir é o das trocas sustentáveis, em vez da subsidiodependência.

Estávamos agora com o rumo certo para a sustentabilidade e uma vez que tínhamos conseguido reduzir os custos de um evento orçamentado em mais de sete mil euros para os mínimos necessários para a deslocação dos grupos, tomou-se a decisão de permitir o acesso livre à programação cultural, de forma a que os visitantes estabelecessem o preço e contribuíssem de forma espontânea nas várias caixas de donativos, disponíveis nas diversas áreas de animação.

Chegado o dia, e depois de toda a estratégia de comunicação ser levada a cabo, a programação procurou abarcar tantos públicos quanto possível. Arrancou com um desfile de pais Natal pela Avenida Beira Mar, atividade que já era organizada por um Hotel local (Holliday Inn) e que foi integrada no evento, juntamente com a participação da Orquestra Percu'Tunes - um grupo de jovens do Agrupamento que participa em arruadas com os seus bombos. No cortejo participaram centenas de pessoas. Seguiu-se uma Mostra Gastronómica no Mercado Municipal de Armação de Pêra, com o Chefe Augusto Lima, mentor do projecto Slow Food Algarve. Todos os ingredientes da cataplana gigante foram cedidos pelos comerciantes locais, que com agrado participaram numa iniciativa que contribuiu não só para a promoção dos produtos locais como para um afluxo acrescido dos visitantes.

Em simultâneo, decorria num dos edifícios da sede do Agrupamento de Escolas Silves Sul uma exposição da Associação Núcleo de Geeks do Algarve, que trouxe a Armação de Pêra um espólio de esculturas ligadas à cultura japonesa e ainda consolas de videojogos antigas e que marcaram a infância da geração que agora procura agitar as suas terras.

Na parte da tarde e já depois do almoço, cedido por vários restaurantes locais, houve tempo para uma mostra de curtas-metragens realizadas por alunos da Universidade do Algarve. Em seguida, aconteceu o momento de apresentação oficial do projecto da Polis Apoteose na sala polivalente do Clube de Futebol «Os Armacenenses».

Perante uma sala composta por cerca de 60 pessoas, o Presidente da Direção da Polis Apoteose levou a cabo a apresentação “POLIS 3.0: uma estratégia para o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo de Armação de Pêra”.

Depois de um sábado dinamizado pela associação POLIS APOTEOSE, onde a cultura esteve em destaque, foi assinado o Tratado Álvaro Gomes. Um documento que junta a mais recente associação jovem a um conjunto de instituições que se comprometeram a desenvolver Armação de Pêra e o Concelho de Silves. A cerimónia contou ainda com uma reflexão em que

participaram o Presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, Ricardo Pinto, o Presidente do C.F. Armacenenses, Fernando Serol, o Diretor do Agrupamento de Escolas Silves Sul, Carlos Silva, o Presidente da companhia de teatro ASTA - Associação de Teatro e Outras Artes, Sérgio Novo e o Presidente da Polis Apoteose, Noel Vieira.

O debate moderado pelo Diretor da revista Algarve Mais, João Pina, culminou com a assinatura do Tratado Álvaro Gomes - um documento aberto que liga as várias instituições e que está orientado para a promoção da cultura e para o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo das regiões.

Ao final da tarde houve ainda espaço para apresentações de dança e arte circense no pátio da sede do Agrupamento de Escolas Silves Sul e já depois do jantar, a comunidade deslocou-se em massa até à sede do Clube de Futebol «Os Armacenenses» para assistir ao espectáculo de teatro “Diário dos Imperfeitos”, encenada por Sérgio Novo. O objectivo deste espectáculo era por um lado mostrar o trabalho desenvolvido no meio iminentemente académico da Covilhã e por outro exhibir numa comunidade pouco habituada às artes performativas, uma representação provocadora, não convencional, mas elucidativa sobre o papel do teatro na contemporaneidade.

O serão terminou com uma festa de encerramento numa discoteca local, onde os membros e a população festejou esta primeira iniciativa, que tinha certamente transmitido uma mensagem muito positiva junto da comunidade. Afinal de contas, foi grande a agitação que se fez sentir com os restaurantes locais a registar uma afluência histórica face a anos anteriores por aquela altura. De facto, e de acordo com os testemunhos recolhidos, houve estabelecimentos que se depararam com um aumento de 200% em relação a períodos homólogos.

No final do evento ficou disponível online um vídeo resumo da primeira edição da MIA - Mostra Itinerante de Artes em Armação de Pêra (<https://www.youtube.com/watch?v=YCp8Hn4qLhU>).

### **3.3 Passagem de Ano**

Fruto da crise económica e de alguma inércia política, Armação de Pêra ressacava por longo termo das comemorações de passagem de ano. Por esta razão, foi vontade unânime do grupo de que alguma coisa deveria ser feita. Apesar de não constar do Plano Anual de Atividades e do saldo financeiro se encontrar à data bastante reduzido, foi firme vontade do grupo, proporcionar uma programação que entretesse de alguma forma os turistas e os residentes que optassem por passar em Armação de Pêra a sua passagem de ano.

Como os meios e o tempo de produção eram escassos e pairava ainda a ameaça de um estado meteorológico adverso, optámos por criar uma nova tradição: lançar balões luminosos, como símbolo das vontades e desejos para o ano seguinte, em vez dos dispendiosos espectáculos de fogo-de-artifício.

Contratou-se assim uma empresa de pirotecnia, que nos facultou os meios para levar a cabo o lançamento dos balões. Com o recurso a dispositivos luminosos utilizados para a prática piscatória, estavam definidos os ingredientes para as comemorações de passagem de ano. Recorreu-se uma vez mais ao sistema de som do Agrupamento de Escolas Silves Sul e colocou-se o som ambiente para congregar junto à praia a população que havia resistido à programação nos concelhos vizinhos.

De novo, recorreremos ao sistema de donativos e, desta forma, o investimento foi pago. Por vezes, não conta tanto a dimensão daquilo que é feito como a intenção e vontade com que as ações são desenvolvidas. Poderíamos nos resignar com a escassez de tempo e recursos, partido para uma comemoração entre amigos, mas ainda assim, optámos por conciliar as nossas agendas particulares e lançar as bases para que em anos futuros esta nova tradição possa ser reforçada e tornar-se um evento de referência. À porta estava um novo ano de projectos, que para sempre transformariam a imagem da Baía de Armação de Pêra e renovariam a esperança das gerações mais antigas.

### **3.4. Carnaval Trapalhão**

Até à data o Carnaval Trapalhão era um evento da responsabilidade da Associação Amigos de Armação. Com a eleição do novo Presidente de Junta de Freguesia, Ricardo Pinto, e com o aparecimento de uma nova associação juvenil, pensou-se que talvez estivessem reunidas as condições para dar um novo fôlego a esta iniciativa.

Nos últimos anos, e em razão da desagregação organizacional dos Amigos de Armação, o Carnaval “Trapalhão” - como é conhecido - perdeu a capacidade de mobilizar as demais organizações e dessa forma deixou de conseguir se posicionar como evento de referência.

Assim, e sob a iniciativa da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, convocou-se no início de Janeiro uma reunião que agregasse um conjunto de entidades por via a formar uma Comissão Organizadora. Assim reuniram-se a Junta de Freguesia de Armação de Pêra, a Associação Amigos de Armação, o Agrupamento de Escolas Silves Sul, a Associação de Pais das Escolas do Agrupamento Silves Sul, a Casa do Povo de Alcantarilha, Pêra e Armação de Pêra e a Polis Apoteose.

Desde o primeiro momento, e ainda numa fase anterior a esta convocatória, foi firme convicção da Polis Apoteose de que o método de produção deveria ser alterado e de que deviam ser tomadas providências no sentido de se conseguirem aglutinar as condições necessárias à organização deste evento, que de alguma forma poderia assumir um papel de preponderância no combate à sazonalidade.

Assim, e seguindo o princípio da ocupação de espaços públicos, identificamos o Parque de Estacionamento Municipal de Armação de Pêra, doravante, Silo, como local ideal à concretização das estruturas e como oficina onde a comunidade teria oportunidade de se reunir e de se envolver na produção de um trabalho colectivo.

Na Assembleia Municipal que se seguiu, o Presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra manifestou assim essa oportunidade junto do executivo e dos membros da Assembleia, para que a proposta fosse levada em consideração. Mas nestas coisas do associativismo, como pudémos comprovar, existe por vezes um excesso de zelo proveniente de certos interesses dos dirigentes, que ao longo do tempo desenvolvem laços partidários ou que então por essa razão se constituem. Em todo o caso, a experiência do Carnaval Trapalhão foi especialmente peculiar. Não obstante a indicação prévia da Polis Apoteose e as diligências movidas pela Junta de Freguesia, foi movido por parte da Associação Amigos de Armação o processo de requisição para a utilização daquele imóvel público para fins da organização do Carnaval Trapalhão.

Em todo o caso, os resultados práticos - que é o que realmente interessa - traduziram-se na cedência deste edifício público para os fins supracitados. Por essa altura, tivemos a oportunidade de nos reunir com o Administrador do Vila Vita Parc, um resort hoteleiro de cinco estrelas e um dos mais importantes empregadores do Concelho. Só este complexo integra nos seus quadros cerca de 600 funcionários.

Neste início de 2014, o Vila Vita Parc estava em renovações no edifício principal - uma obra que custaria cerca de 6 milhões de euros. Foi então que a Polis Apoteose identificou uma oportunidade - por um lado este importante complexo hoteleiro estava a proceder a uma renovação gigante, por outro o excedente dos materiais que estavam a ser desmantelados (pisos em madeira, armários, alcatifas) poderiam ser muito úteis para as construções que pretendíamos levar a cabo não só para o Carnaval, mas também para eventos futuros. Desta forma e depois do aval da Administração, na pessoa de Manuel Cabral, mobilizamos uma equipa de voluntários para recolher material excedentário para reutilização futura e armazenamento no Silo. Em colaboração com a Junta de Freguesia e com os funcionários do Vila Vita Parc, retiramos cerca de 10 toneladas de madeira que foi depois armazenada e reutilizada conforme as necessidades.

Aquando das reuniões com as demais instituições, que na sua generalidade já conheciam o projeto da Polis Apoteose, procuramos introduzir e sensibilizar para a temática do mar, uma vez que 2014 seria o ano do Pirate Weekend. De uma forma geral, houve anuência das instituições e de uma forma ou doutra todas procuraram harmonizar as suas instalações em função do tema proposto, porque percebeu-se de forma clara o valor da iniciativa.

Nos meses seguintes procedeu-se à execução das estruturas, concebeu-se um cartaz (Anexo H) com uma nova linguagem - mais jovem e apelativa -, que incluía a temática do Mar. Estavam divididas as funções: a Polis Apoteose ocupou-se da comunicação e os Amigos de Armação tratavam da angariação dos patrocínios. Para estimular a dinâmica de grupo e de agregação entre entidades, a Junta de Freguesia de Armação de Pêra atribuiu às instituições participantes um subsídio no valor de 200 €.

Chegada a altura, o Carnaval Trapalhão teve lugar nos dias 2 e 4 de Março de 2014. Depois de definido e concertado o percurso com a Guarda Nacional Republicana, o mesmo aconteceu com naturalidade e sem percalços pela Avenida Beira Mar, culminando o desfile no Campo das Gaiotas, onde houve espaço para um Arraial de Carnaval, como forma de proporcionar um desfecho mais interessante ao evento e como forma de permitir angariação de receita para as entidades intervenientes, mediante a exploração de espaços de comes e bebes.

O resultado desta organização conjunta foi claro: o maior número de carros alegóricos e de participantes de que há memória na vila e na assistência, cerca de 18.000 pessoas, de acordo com as estimativas da imprensa regional.

Apesar das diferenças quanto às metodologias e de alguma disputa interna, os resultados suplantaram claramente tais divisões. A cooperação deu frutos, uma vez mais, fazendo ressaltar e sobressair uma política que demarca assim o caminho para a sustentabilidade. Os ecos do sucesso fizeram-se refletir de imediato nas redes sociais, onde se replicavam os comentários e os “likes” de muitos utilizadores que estiveram presentes no evento.

Ora se o evento em si foi um sucesso, o mesmo não se pode dizer do pós-evento, em que havia necessidade de se limpar o Silo, onde haviam decorrido os preparativos. Apesar de a organização ter sido bastante abrangente, este local público estava a ser utilizado sobretudo ocupado pelos Amigos de Armação, que haviam requerido a utilização do espaço, e pela Polis Apoteose. Terminado o evento, a organização requerente alienou-se da responsabilidade de conservação do espaço, deixando à Polis Apoteose e à Junta de Freguesia de Armação de Pêra o encargo exclusivo da arrumação do espaço. Afinal de contas, e sob a indicação do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Silves, este espaço passaria a estar aberto ao público a partir de Julho de 2014. Assim, nos meses que se seguiram, houve um trabalho conjunto entre

a Polis Apoteose e a Junta de Freguesia de Armação de Pêra no sentido de retirar os materiais que eram lixo e procedeu-se a uma triagem dos materiais que ainda estavam em boas condições para utilização futura. A Polis Apoteose encarregou-se então de passar esses materiais para o piso térreo do Silo e acomodou os demais carros alegóricos num dos pisos inferiores, de modo a que não ficasse comprometido o normal funcionamento do edifício.

Por esta altura, e apesar de alguma resistência da entidade requerente, a Polis Apoteose já detinha as chaves do Silo e estava autorizada, mediante o conhecimento do Vice Presidente do executivo camarário para a sua utilização, autorização essa que viria depois a ser confirmada mediante uma visita técnica ao local, aquando dos preparativos para o Pirate Weekend, numa altura em que o edifício já estava aberto ao público e havia necessidade de transmitir essa permissão à empresa de segurança que havia sido contratada.

Feitas as contas, o saldo foi extremamente positivo, os objectivos foram atingidos, registando-se uma afluência inédita num período marginalizado pela sazonalidade a que a Baía de Armação de Pêra se acostumou, estimularam-se novas práticas colaborativas e chegaram-se a conclusões importantes sobre a forma como seriam apuradas as responsabilidades organizacionais: a Junta de Freguesia de Armação de Pêra continua a assumir um papel regulador e a fomentar o diálogo e o encontro das instituições, sem que as associações deixem de assumir um papel de relevância na organização dos eventos.

Dos encontros de pós-produção da Comissão Organizadora procurou-se perceber o que correu bem e o que correu mal e para o futuro, ficou a certeza de que as marchas populares continuariam a ser organizadas pela Casa do Povo de Alcantarilha, Pêra e Alcantarilha e a Polis Apoteose perseguiria com foco especial as actividades a que se propôs. Percebemos, no final de tudo, que sem o ímpeto congregador da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, as propostas da Polis Apoteose e a adesão bem-intencionada das demais instituições, o evento não teria a dimensão que teve. No entanto, e numa perspectiva de assegurar as boas relações e de nos focarmos naquilo que é realmente importante, decidimos de forma unânime demarcarmos-nos em anos futuros da organização do Carnaval Trapalhão. Continuaremos a participar com as nossas estruturas e apoiaremos a organização na medida em que esse apoio nos for solicitado e estiver ao nosso alcance, mas libertamos-nos da pretensão de pertencer à organização.

### **3.5 BTL - Feira Internacional de Turismo de Lisboa**

A BTL - Feira Internacional de Turismo acontece anualmente nos Pavilhões da Fil e reúne numa série de expositores as Regiões de Turismo de Portugal, bem como stands que

representam um conjunto de destinos e ainda operadores turísticos e outros serviços de relevo no setor.

Na edição de 2014, que teve lugar entre 12 e 16 de Março, contou com mais de 36 destinos internacionais e contabilizou 68.250 entradas, das quais cerca de 32.000 foram profissionais ligados ao Turismo. O certame afirmou-se assim, como “uma referência para a indústria do turismo nacional e da lusofonia”, e consolidou-se “como uma plataforma privilegiada para o negócio turístico no país e no estrangeiro, quer pelo papel agregador entre os operadores de mercado, quer para o público que aderiu em força ao certame motivados pelas centenas de promoções e descontos para as férias da Páscoa e escapadas em Portugal e no estrangeiro.” ([http://www.btl.fil.pt/?lang=pt&page=info\\_geral/info\\_geral.jsp&detail=204aea6b-e190-3110-049f-b63b8c7938a6](http://www.btl.fil.pt/?lang=pt&page=info_geral/info_geral.jsp&detail=204aea6b-e190-3110-049f-b63b8c7938a6))

Como não poderia deixar de ser, o Algarve, conhecido como “o segredo mais famoso da Europa” também esteve representado sob a iniciativa da Entidade Região de Turismo do Algarve. Habitualmente, estas entidades subsidiárias do Turismo de Portugal contactam os Municípios, no sentido de que estes identifiquem os produtos, organizações ou serviços que melhor representem a oferta turística dos seus concelhos.

No entanto, o convite à participação da Polis Apoteose partiu da iniciativa da Diretora de Vendas do Hotel Holliday Inn que, estando a par do projeto em curso, identificou a pertinência da presença da associação na Feira Internacional de Turismo.

Seguiu-se então o contacto com o Setor de Turismo da Câmara Municipal de Silves de forma a agendar e concretizar a participação da Polis Apoteose no evento.

Na altura estavam ainda a ser analisadas as diversas datas possíveis para a realização do Pirate Weekend na Baía de Armação de Pêra. Consideramos, de imediato, que esta seria uma excelente oportunidade para divulgar a data do evento, enquanto mostrávamos ao grande público a oferta de Armação de Pêra, enquanto destino turístico por excelência, uma vez que aqui se encontra o maior recife natural de Portugal.

Momentos antes de se iniciar a apresentação “Wiki Events: Eventos Colaborativos para o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo do maior recife natural de Portugal”, recebemos um telefonema da Presidente da Câmara Municipal de Silves. Em causa estava a sobreposição das datas do Pirate Weekend e da Feira Medieval de Silves. A nossa opção inicial previa a realização do evento para 14 a 17 de Agosto de 2013, altura em que decorria a FMS (8 a 17 de Agosto). Fomos então convidados a alterar a data, com a promessa de colaboração numa série de áreas-chave por nós enlencadas. Entre elas estavam o apoio institucional na ponte com alguns parceiros estratégicos, a aquisição dos géneros alimentícios necessários

para garantir a alimentação da organização e dos artistas, a cedência de meios técnicos (palcos, cadeiras, baias de segurança, para enumerar apenas alguns) e humanos, nomeadamente com a presença de electricistas para dar apoio logístico ao evento. Foi-nos então prometido que as necessidades seriam devidamente analisadas, uma vez discriminadas e endereçadas ao executivo por email, para posterior “análise dos serviços” e objecto de discussão em várias reuniões.

Com este compromisso assumido pela Presidente da Câmara Municipal de Silves, estávamos agora em condições de anunciar a data oficial da primeira edição do Pirate Weekend - 1 a 3 de Agosto. No decorrer da apresentação anunciamos a data e lançamos também o vídeo “Portugal’s Biggest Natural Reef”, uma série de imagens sub-aquáticas que mostram a biodiversidade da Baía de Armação de Pêra.

Esta apresentação foi especialmente importante no eixo da renovação da imagem de Armação de Pêra por nos dar a oportunidade de reparar os danos provocados pela praga de mosquitos que assolou a vila no verão de 2013 e também para dar conta ao grande público e aos profissionais do setor desta nova tipologia de participação cívica e cooperação entre instituições.

A concluir a apresentação lançámos ainda o convite à assistência para que visitassem Armação de Pêra já no mês seguinte, por altura da Páscoa (18 a 20 de Abril) para o Bay Art Fest - o primeiro festival de arte urbana em Armação de Pêra.

### **3.6 Bay Art Fest - Festival de Arte Urbana**

O *Bay Art Fest* surge como um projecto de mobilização cívica e partilha social que utiliza a comunicação artística como forma de concretização de uma sociedade livre e democrática através de uma participação inclusiva no processo creativo de requalificação urbana e cultura.

Durante três dias, uma comunidade de *street artists* é chamada a dar o seu contributo e deixar a sua pegada criativa para a requalificação urbana de superfícies, públicas ou privadas, como forma de promover o *rebranding* da Baía de Armação de Pêra.

Enquanto *Wiki Event*, o *Bay Art Fest* é uma experiência de partilha e inovação social que resulta da articulação entre um grupo de cidadãos organizados a Polis Apoteose e as instituições locais. e de fomentação do diálogo.

Na rede de parceiros institucionais do *Bay Art Fest* estiveram a Câmara Municipal de Silves, a Junta de Freguesia de Armação de Pêra, o Agrupamento de Escolas Silves Sul, o Clube de Futebol «Os Armacenenses», a ASTA - Associação de Teatro e Outras Artes e a Universidade da Beira Interior.

No seio de um terreno fértil à criação, a inclusão traduz-se numa mobilização de recursos capaz de estimular os fluxos energizadores do tecido económico e social.

Na sua primeira edição, o *Bay Art Fest* procurou atingir três objectivos fundamentais: acrescentar valor às fachadas da sede do Agrupamento de Escolas Silves Sul, renovar a sua alma e formar para as práticas responsáveis na arte urbana.

A par das intervenções têm lugar exposições, workshops, palestras, concertos, arte digital e comes e bebes. A programação (Anexo I) foi ainda complementada com a exibição de “Diário dos Imperfeitos”, a adaptação da obra de João Morgado (Prémio Vergílio Ferreira) num espectáculo de teatro, com o selo da ASTA - Associação de Teatro e Outras Artes e ainda com uma after-party numa discoteca local.

No âmbito do Tratado Álvaro Gomes, procurou-se estabelecer uma vantagem dupla com a intervenção. Por um lado, proporcionaríamos a tão necessária renovação das fachadas da antiga Escola Primária - edifício icónico de Armação de Pêra e marca vincada do regime salazarista. Por outro, deixaríamos um legado que por anos transmitiria uma imagem de irreverência e juventude, que simultaneamente contribuía para o reforço do *branding* da Baía de Armação de Pêra.

O Agrupamento de Escolas Silves Sul viu com bons olhos a iniciativa e viabilizou a utilização das paredes. Convidámos em seguida um conjunto de *street artists* para o evento. Cientes das metodologias e dos procedimentos a seguir junto da Câmara Municipal de Silves para perceber em que medida nos poderiam apoiar.

A reunião foi então abruptamente interrompida pela Presidente do Município, Rosa Palma, que encarregou a vereadora Maria Luís de prosseguir o encontro, se assim tivesse na disposição. Acontece que na mesma data do evento decorria em S. Marcos da Serra a Feira do Folar, evento que, segundo nos informaram, estava a afectar todos os recursos da Autarquia, o que incluía os palcos, expositores e até uma grua de elevação que solicitamos para proceder com maior eficiência à intervenção nas fachadas.

Uma vez mais, junto dos parceiros do Tratado Álvaro Gomes encontrámos os meios necessários à execução do projecto. O AESS disponibilizou andaimes próprios, esplanadas e as instalações próprias para o acondicionamento logístico dos materiais, bem como o refeitório,

onde foi confeccionada a alimentação pelos nossos voluntários. Através da Junta de Freguesia encetaram-se alguns contactos no sentido de conseguirmos uma tenda na vizinha União de Freguesias de Pêra e Alcantarilha, o Clube de Futebol cedeu uma vez mais as suas instalações para a realização do espectáculo “Dia da Ilusão”, a cargo da ASTA, e com alguma mobilização de patrocinadores no seio do comércio local e acrescentando às receitas do Carnaval, procedemos à aquisição das tintas para a intervenção. Ao todo, somaram-se 600 latas de spray num valor que rondou os 1800€. A restante tinta líquida utilizada para os “primários” foi oferecida por um estabelecimento local. O palco foi improvisado a partir do barco pirata que havíamos construído para o Carnaval e o sistema de som foi cedido pela Escola.

No final dos três dias de Bay Art Fest, as paredes do agrupamento tinham ganho uma nova vida, fruto da livre expressão artística. Foi particularmente simbólico esta intervenção ter acontecido num edifício do Estado Novo, numa altura em que se comemoravam 40 anos de democracia em Portugal.

Por outro lado, o trabalho artístico então patente neste edifício renova o valor turístico, pelo que ao longo do tempo multiplicam-se as fotos nas redes sociais e amplifica-se a transmissão da mensagem dentro e além fronteiras.

A primeira edição do Bay Art Fest - Festival de Arte Urbana na Baía de Armação de Pêra ficou registada num Aftermovie disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Kwyg6niHLSY> .

De salientar que este projecto que valoriza a arte e as culturas urbanas teve a capacidade de congregar tribos habitualmente marginalizadas pelas indústrias de massas e, por essa razão, fez triunfar a vertente da inclusão social. No serão de hip hop da última noite houve espaço para, que de uma forma organizada, actuassem um conjunto de rappers da localidade e arredores, propocionando um convívio salutar e promoção do trabalho artístico e de expressão tantas vezes menosprezado.

Por outro lado, o envolvimento interno da equipa também se aprofundou, bem como as dinâmicas e habilidades necessária para a produção de eventos. Naturalmente, o trabalho decorrente ainda estava no domínio da aprendizagem, mas certo foi que se retirou um conjunto de lições para podermos otimizar eventos futuros.

Percebeu-se, por exemplo, o papel que a Polis Apoteose deverá assumir em edições futuras do Bay Art Fest: legalizar fachadas urbanas. A partir do momento em que se reúnem as autorizações para proceder a uma intervenção artística, o passo seguinte é a comunicação sob forma de “call for projects” aos artistas em geral. Submetidos e analisados pela comissão organizadora, a associação apenas opera enquanto plataforma facilitadora do contacto entre

os artistas e as empresas e organizações por forma a reunir os patrocínios e a logística afeta à produção do evento. Ao mesmo tempo, a comunidade artística é envolvida no processo organizacional, a responsabilidade é partilhada e em compensação, os artistas têm uma oportunidade duradoura de expôr os seus trabalhos e contribuir para o *branding* da cidade, sem correr os riscos judiciais que advêm de operar no domínio da clandestinidade.

De uma forma geral, o evento foi um sucesso, na medida em que correspondeu às expectativas e aos objectivos traçados. Consolidou-se através de provas concretas a metodologia organizacional dos *Wiki Events* e a estratégia comunicacional foi abrangente ao nível dos pressupostos da Comunicação 3.0. Através da promoção no espaço físico (através de cartazes e flyers) e no espaço digital (através de uma comunicação direcionada e mediante uma linguagem apelativa do vídeo promocional: <http://www.youtube.com/watch?v=B-XgoooBzXE>) conseguiu-se congregiar várias gerações numa iniciativa que proporcionou uma injeção compacta de atividades culturais e deixou uma marca indelével no retorno ao espaço físico.

Em suma, este evento deu-nos a oportunidade para prosseguir a estratégia de promoção da marca *Baía de Armação de Pêra*, enquanto optimizávamos os processos organizacionais da equipa numa prova de fogo para o grande evento que se seguiria - o Pirate Weekend.

### 3.7 Pirate Weekend

Com uma preparação que havia começado em Fevereiro de 2013, o Pirate Weekend ambicionava desde o primeiro momento ocupar um lugar de relevo na oferta cultural de Armação de Pêra e um papel de destaque na programação algarvia.

Com o fim do Super Bock Surf Fest em Sagres, ficou por preencher uma importante lacuna no roteiro nacional dos festivais de Verão. Numa análise de potenciais eventos concorrentes apenas encontraríamos o Festival MED em Loulé que junta a música do mundo ao mercado do artesanato e dos produtos regionais. No entanto, nenhum evento no Algarve reunia as condições naturais, urbanísticas, geográficas e hidrográficas que a Baía de Armação de Pêra reúne para acolher um festival híbrido que alie a recriação histórica, os elementos performativos e a promoção do espólio da produção musical nacional.

Também na metodologia de trabalho haveria de se identificar um campo fértil para a experimentação e inovação no caminho da sustentabilidade. Em termos gerais, os grandes eventos ou são produzidos por empresas ou por aposta estratégica dos Municípios, quando a sua condição financeira assim o permite.

No caso da Polis Apoteose, as condições de base eram totalmente distintas. A ideia estava concebida: o festival arrancaria com a chegada de uma caravela quinhentista que faria uma invasão e conquista da Fortaleza de Santo António das Areias. Inaugurado o festival, seguiriam-se três dias e três noites de música, animação de rua e comércio pirata com mercadores, artesãos, místicos e sabores gastronómicos que transportariam o público para um tempo e para um espaço improvável onde reinava o caos cultural. Mas da ideia à execução, muitas questões se levantavam. Onde vamos arranjar uma caravela? Como conseguir patrocínios? Mostrará o comércio local a esperada adesão? Como conseguir receita suficiente para assegurar uma programação musical atrativa o suficiente para mobilizar o público? E as licenças? Em termos práticos, o que será mesmo preciso para operacionalizar a estratégia de sustentabilidade definida à priori? Haverá retorno financeiro para fazer face ao investimento? E os apoios? Em que medida os apoios institucionais farão a diferença?

Estavam lançadas uma série de perguntas, cuja resposta só seria possível mediante a vontade de correr riscos e embarcar numa aventura sem precedentes. Caso conseguíssemos, a Baía de Armação de Pêra nunca mais seria a mesma. Tratava-se inequivocamente da maior operação cultural e de dinamização económica e social de que havia memória na vila. A tarefa não seria fácil, mas era preciso começar por algum lado.

No meio caminho, e finalizado o Festival de Arte Urbana, todos os esforços se dirigiram para o Pirate Weekend. Seguiram-se os ofícios para a Câmara Municipal na tentativa de confirmar o compromisso assumido meses antes, por altura da BTL - Feira Internacional de Turismo, mas agora, o discurso político havia mudado. A proximidade do Pirate Weekend com a Feira Medieval de Silves poria em causa a capacidade do Município apoiar a iniciativa. Uma vez mais, todos os recursos estavam afectos a um evento do concelho, fora de Armação de Pêra.

Em termos práticos, fecharam-se as portas a muitos dos recursos e meios técnicos que havíamos solicitado com meses de antecedência. Era agora preciso encontrar formas de redimensionar o evento e procurar apoio junto das empresas e dos parceiros habituais.

Numa missão em contra-relógio juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, Ricardo Pinto, iniciámos uma bateria de reuniões com as empresas da proximidade. Para o efeito, a Polis Apoteose preparou dois documentos: o Dossier de Patrocínios e o Guia do Burguês.

Como resultado, angariamos um total de 600 € de um patrocínio do Aqualand, o único parque aquático do Concelho, a colaboração estratégica do Zoomarine que tinha em exibição um espectáculo chamado “Baía dos Piratas” e contribuições de mecenas no valor de 1400€. Nada mau, não fosse o facto de os nossos planos passarem pela contratação de artistas com

cachets muito superiores, a que teríamos de somar as despesas associadas à contratação do sistema de som e luzes, bem como técnicos e divulgação comunicacional.

Fruto de duas reuniões com o Instituto Português do Desporto e Juventude e com a Entidade da Região de Turismo do Algarve, conseguimos assegurar o seu apoio institucional e apoio à divulgação através dos seus canais próprios (brochuras, newsletters, online).

Estávamos ainda longe do milagre. Para atingirmos o ponto de equilíbrio financeiro (break even) precisaríamos de 15.854,53 €, mas parte do segredo estava encontrado: concessão de espaços públicos. Para o efeito, entregámos nos serviços de Taxas e Licenças os requerimentos legais necessários: Licença de Ocupação de Via Pública, Licença de Publicidade e Licença de Emissão Especial de Ruído.

Começou então uma operação comercial em tempo recorde: contactar por telefone e por email dezenas de comerciantes e feirantes que habitualmente frequentam as feiras medievais um pouco por todo o país.

No ano transacto, foi dirigido um convite por um dos Coordenadores Gerais da Feira Medieval de Silves ao agora Presidente da Direção da Polis Apoteose para integrar a equipa integrar a equipa de fiscalização da Feira Medieval, o que proporcionou um sólido conhecimento sobre as disposições legais exigidas, bem como os desafios nas negociações com os responsáveis pelos expositores. Esse estágio foi decisivo para antever eventuais complicações na produção do Pirate Weekend.

Começaram então a chover as candidaturas dos comerciantes para participar na primeira edição do certame pirata. Contámos na altura também com o importante contributo da imprensa regional na divulgação dos prazos do concurso. Aumentava a curiosidade e o burburim em torno do evento. Depois de uma visita de *network* a uma feira temática em Albufeira, os ecos das candidaturas chegaram rapidamente a feirantes na outra ponta do país. Assim, de uma projecção inicial que rondava os 5000€ em receitas de concessão, rapidamente atingimos uma expectativa que ultrapassava a barreira dos 7000€ (Anexo J<sup>1</sup>).

Lançámos então os primeiros nomes do cartaz (Anexo K), numa aposta em nomes nacionais com expressão local e regional, mas também nacional como foi o caso de PZ ou dos multi-instrumentistas Noiserv e The Legendary Tigerman, que encabeçaram o festival. A aposta incidiu ainda sobre talentos emergentes como Time for T., Tributo, Mr. Herbert Quain e o funk e o rock de bandas como Os Compotas, Quelle Dead Gazelle ou Fast Eddie Nelson. No rol das apostas locais estiveram ainda o rapper Marqito e o rock frenético dos Parasital Vírgula.

---

<sup>1</sup> O Anexo J é composto pelo Relatório Financeiro do Pirate Weekend, um Quadro Resumo e 4 anexos, que contêm informação adicional relativa ao evento.

Seguindo a lógica de troca de bens por serviços, acabámos por fazer face às muitas das necessidades de produção do festival conforme o havíamos idealizado. Recebemos royalties (comissões) sobre a faturação do Parque de Campismo em troca da divulgação dessa possibilidade de alojamento e canalização dos participantes para o mesmo, o Clube de Futebol «Os Armacenenses» cedeu-nos a receita proveniente do seu Parque de Estacionamento no antigo Campo das Gaivotas durante o período do festival a partir das 19h, a empresa de embarcação turística Santa Bernarda aceitou a proposta de realizar uma ativação de marca que incluía a cedência de uma caravela quinhentista para a invasão pirata no final da primeira tarde de Pirate Weekend, a troco de um expositor para divulgação dos seus produtos comerciais, a Junta de Freguesia de Armação de Pêra assumiu as despesas relacionadas com as licenças SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, mobilizou os seus funcionários para auxiliar na montagem dos espaços e assegurar a recolha de resíduos e manutenção dos locais e procedeu ainda à aquisição dos géneros alimentares para que as cozinheiras destacadas pelo Agrupamento de Escolas Silves Sul pudessem preparar as refeições para a organização e artistas durante o evento.

Pelo caminho e já junto à data do evento conseguimos alojamento gratuito no Amendoeiras Golf Resort, um complexo de cinco estrelas, para alguns dos artistas. O restante do alojamento foi feito nas escolas do Agrupamento.

Com a colaboração da Guarda Nacional Republicana garantimos também um reforço da segurança e das rondas de vigilância nas imediações do festival e com o esforço da equipa de voluntários o evento acabaria por ser um sucesso.

Na globalidade do evento, encontramos dois ou três factores que foram determinantes para o êxito do evento: as sinergias organizacionais sem precedentes, a capacidade de improviso e rapidez de decisão, o envolvimento dos comerciantes na iniciativa e sobretudo o esforço inigualável dos membros da associação, que de uma forma voluntária se entregaram de corpo e alma, saltando refeições e perdendo horas de sono para que, com a sua parca experiência em organização de eventos, pudessem fazer face aos inúmeros desafios que foram surgindo na pré-produção e durante o festival.

As dificuldades provenientes da inexperiência, da imprevisibilidade da captação de receita e da negligência do apoio institucional e decisivo da Câmara Municipal de Silves apenas tornaram mais especiais os resultados atingidos. Esta narrativa partilhada por todos aqueles que a viveram fortaleceu os laços entre os membros, reforçou a nossa capacidade de execução, enquanto provou aos descrentes e a todos aqueles que duvidaram de que sim, é possível inovar e marcar pela diferença num terreno que para alguns talvez pareça inóspito à mudança.

Longe da perfeição, os objectivos foram, em ampla medida, atingidos: a capitalização do potencial humano, a inclusão de artes marginalizadas ou de grupos minoritários, o estímulo à dinamização económica, social e cultural, a experiência inédita que conduz ao orgulho da comunidade e ao sentimento da pertença, a promoção do património académico e das competências, a transformação do espírito da cidade e as repercussões mediáticas lançaram as bases para que em anos futuros o trabalho e o projecto possam ser reforçados.

Com provas dadas e com resultados alcançados, provaram-se os pressupostos de financiamento e cooperação inter-institucional. Com uma audiência que rondou os 60.000 visitantes por dia abre-se uma janela de oportunidades para a aproximação das empresas, como um terreno fértil ao investimento em ativações de marca e patrocínio. Por outro, o eco do sucesso foi comprovado pelos comerciantes que participaram no Bazar Pirata. De caminho por outras paragens, levam consigo as memórias desta experiência para regressar em anos futuros, com mais colegas que ouviram os seus testemunhos.

Evento sem antecedentes, o Pirate Weekend foi o *Wiki Event* por excelência, que combinou na exacta medida o envolvimento dos agentes e decisores políticos numa estratégia concertada para o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo da Baía de Armação de Pêra - o maior recife natural de Portugal.

## Parte IV - Análise de Resultados

O projecto empreendido pela Polis Apoteose no seu primeiro ano de existência contava com grandes obstáculos à sua locomoção: o passado histórico de inatividade cultural, a ausência de metodologias organizacionais, o desafio do sistema de financiamento, a capacidade de promover o diálogo inter-institucional e de envolver a base populacional.

Conseguir ultrapassar estes obstáculos significaria o assinalar de uma ruptura com o passado e empreender um esforço de titãs ao nível das instituições que poderiam desbloquear os processos. Ao mesmo tempo, estava implícita uma mobilização de esforços e de recursos humanos, sem a qual nada seria possível. As ideias continuariam no papel, as ações nunca partiriam para o terreno.

No entanto, o papel das ideias contaminou positivamente o ecossistema envolvente. As pessoas e as organizações mobilizaram-se e a esfera começou a rolar. Passo a passo, conquista a conquista estávamos no caminho certo para a tão desejada mudança de paradigma.

Comprovou-se, por experiência empírica, a vantagem inequívoca da Sabedoria das Multidões, uma vez envolvidas todas as partes intervenientes no processo de auscultação e decisão. Através dos canais próprios do sistema democrático gerou-se a possibilidade de alavancar a máquina, numa consagração evidente da liberdade de expressão e associação, previstas constitucionalmente.

Não obstante as fragilidades, as deficiências e os factores estanques de uma máquina democrática enferrujada, conseguiu-se encontrar ao nível local a permeabilidade e boa disposição para acolher as iniciativas propostas. Se é verdade que faz mais quem quer do que quem pode, demonstrou-se, uma vez mais pela experiência empírica, que é ao nível local que existe a capacidade de concretizar respostas eficazes para o desenvolvimento e coesão dos territórios.

Num curto espaço de tempo, criou-se em Armação de Pêra as bases para uma agenda cultural que não só combate a sazonalidade como torna a localidade mais atractiva, enquanto destino turístico e habitacional. Em certa medida, esta é parte importante da resolução de um significativo problema político: ao atrair novos residentes, os cadernos eleitorais saem reforçados e conseqüentemente cresce o peso político da freguesia na estratégia concelhia.

Através de uma retro-análise deste estudo de caso, ficaram evidentes as consequências dos binómios partidários ao nível da gestão autárquica e das localidades. Não importa o quão válidas sejam as ideias e as forças que se congregam para a sua concretização, o separatismo partidário funciona ainda como força de bloqueio, em vez de força de resolução. Apesar das vantagens inequívocas para o desenvolvimento concelhio, a afetação de esforços e apoio - não necessariamente financeiro - em torno de um projecto de cidadania numa freguesia em que a cor que lidera diverge da cor do concelho é encarada como uma fragilidade na governação, o que se traduz na desmobilização dos recursos.

Ainda que existam Programas Locais e Municipais de Apoio ao Associativismo Jovem - PAIFAP (Programa de Apoio às Instituições da Freguesia de Armação de Pêra,) PAAJU (Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil) e PAIAC (Programa de Apoio a Instituições de Âmbito Cultural) -, como vimos o dinheiro é nestes trâmites insuficiente e secundário face ao potencial da aplicação dos pressupostos de utilização pública do património móvel e imóvel, pago pelos contribuintes.

Por estas razões, e olhando para uma conjuntura sócio-económica em que são gritantes os números do desemprego face à nunca antes atingida percentagem de especialização académica, encontramos motivos mais do que suficientes para perspectivar o associativismo como um motor importante do desenvolvimento e como resposta aos desafios do poder local.

Os jovens licenciados estão dotados de capacidades multi-facetadas, que o sistema empresarial português não consegue absorver. Por outro lado, as localidades e as freguesias enfrentam desafios que dificilmente serão resolvidos exclusivamente pela Administração Pública.

A cabal compreensão de que “o acolhimento de jovens recém-licenciados, portadores de novas ideias e conhecimentos na área das ciências empresariais, pode contribuir para o desenvolvimento competitivo das empresas/organizações” (Tratado Álvaro Gomes, alínea f) motivará os decisores políticos a transferir mais competências para o Poder Local, suportadas por instrumentos de acompanhamento, suporte técnico e apoio logístico às freguesias e autarquias que se comprometam a desenvolver os seus territórios junto das associações.

Em articulação com o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, e ao abrigo das condições oferecidas pelo novo quadro comunitário - Horizonte 2020 -, entre elas, as valências do programa Erasmus+ - cabe aos decisores políticos fomentar a criação de programas de estágio que permitam a entidades privadas sem fins lucrativos captar o potencial humano, contratando-o como meios indispensáveis à execução de estratégias concertadas para o desenvolvimento das localidades.

Em suma, as respostas aos desafios do poder local passam pela criação de Consórcios Erasmus Regionais, por forma a “dar visibilidade e promover a região onde se encontram implementados, tanto do ponto de vista económico como cultural e social”, uma “abordagem de internacionalização da Região” que “normalmente envolve as estruturas de poder e de informação locais.”

(<http://pt-europa.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID=%7B8b55aea2-7af8-11e0-8a91-00127991ef2a%7D&abortScreening=true>)

Ao passo que o associativismo jovem cria a possibilidade de estimular e catalizar esse clima propício ao relançamento da economia, o impacto reflete-se na reindustrialização do país, na formulação de políticas de supervisão e fiscalização mais justas e adaptadas à realidade de cada território e, por último, à diminuição do desemprego, à redução da pobreza e ao aumento do Produto Interno Bruto.

No caso concreto do Algarve, uma programação descentralizada proporciona uma resposta directa ao desafio provocado pela sazonalidade. No entanto, a sazonalidade também representa um desafio à mobilização de recursos humanos no período do Verão. Este desafio só será ultrapassado com a inclusão social da população não-ativa, em que se incluem os jovens em idade de escolaridade e os reformados, e através da mobilização de candidaturas a fundos estruturais que favoreçam a mobilidade, o intercâmbio, a cooperação e as reformas políticas.

Em última instância, uma progressiva descentralização do poder vai dotar as localidades com competências orientadas para uma maior capacidade de resposta e autonomia. Esta administração deve ser vigiada pela sociedade civil, não só pelos canais tradicionais da democracia como a conhecemos, mas sobretudo através de uma modernização das estratégias de comunicação política.

Uma Comunicação 3.0 é aquela em que a intervenção no espaço físico, aliada à publicação e reprodução das mensagens nos meios digitais favorece a sua amplificação mediática, o ciberdebate de ideias e o envolvimento dos agentes. Transporte-se a cidadania para as multi-plataformas em que os cidadãos interagem (computadores, tablets, smartphones) e como consequência o impacto far-se-á sentir no retorno ao espaço físico, onde ocorre a mobilização e o envolvimento das comunidades, movidas pelo apelo consequente a uma participação directa e efetiva na condução dos destinos da sua polis.

## 4.1 Conclusões

A concepção do projecto Polis 3.0, a sua implementação e a análise póstuma dos seus resultados contribuíram para 1) diagnosticar o estado das instituições de governação ao nível do poder local e suas relações 2) apresentar uma nova abordagem de organização e hierarquização das estruturas de poder e pressupostos de utilização e fruição pública 3) lançar as bases para que qualquer grupo de cidadãos possa intervir de forma direta e incisiva nos processos de tomada de decisão, conceber e mobilizar projectos e estratégias para o desenvolvimento dos seus territórios.

Para estimular uma forte articulação interinstitucional que envolva as empresas, as estruturas de poder e o capital investidor, é necessária uma crescente dotação de autonomia face ao poder central. Só assim se estabelece uma base que permita uma nova regulação dos sistemas de impostos e estímulos fiscais que atraiam investimento.

Na génese está o reconhecimento prévio das condições e dos recursos de cada localidade ou região, como forma de favorecer a formulação de estratégias adequadas aos territórios e assim fortalecer o clima de *clusterização* da esfera empresarial.

No entanto, e percorrido este caminho de síntese sistémica, importa replicar o estudo de caso em novos territórios como forma de testar e eficiência desta abordagem da relação entre o associativismo e as políticas públicas. Ora, na transição de uma abordagem micro para uma abordagem macro, a mobilização já não ocorrerá apenas ao nível local, mas antes junto das estruturas do poder central e nas universidades, onde prolifera uma geração em formação académica de alto nível.

Já vimos que é necessária uma progressiva desmaterialização dos processos burocráticos e um maior envolvimento dos decisores políticos. A cooperação interinstitucional favorece o encontro e o diálogo com os centros de coordenação de desenvolvimento regional, com as secretarias de Estado, com os grupos parlamentares, com os eurodeputados e com os comissariados europeus. Só através de um alargamento de cooperação interinstitucional desta amplitude será possível tornar consequente e eficaz a canalização dos fundos estruturais para uma aposta acertiva no desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo das regiões em que os projetos são implementados.

## Parte V - Bibliografia

AGÊNCIA NACIONAL ERASMUS+ JUVENTUDE EM AÇÃO, *Um Futuro Para Ti*, Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, Lisboa, 2014.

AMREIN-BRANDLEY, Audrey, *Rethinking Value-Added Models in Education: Critical Perspectives on Test and Assessment Based Accountability*, Nova York, 2014 Taylor & Francis, pp. 5-6;

ARISTÓTELES, “Política - Edição Bilingue”, Coleção Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas, Livro III, cap. X-XI, pp. 223-231;

AZEVEDO, António, *Cities as Brands: The Role of Communication Strategy in Place Marketing Context*, N.T., 4º SOPCOM - Livro de Actas, 2005, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, pp. 1777 - 1778;

BANDLER, Richard; GRINDER, John. *A Estrutura da Magia: Um Livro Sobre Linguagem e Terapia*, Rio de Janeiro: LTC, 1977;

BANDLER, Richard; LA VALLE, John. *Engenharia da Persuasão*, Rio de Janeiro: Rocco, 1999;

BILHIM, João, *A Governação Nas Autarquias Locais*, Coleção Inovação e Governação nas Autarquias, Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004, p. 37;

CARVALHO, Adalberto e BAPTISTA, Isabel, *Educação Social - Fundamentos e Estratégias*, Coleção Educação e Trabalho Social, Porto Editora, 2004, p.53;

DAYAN, Daniel, KATZ, Elihu, *A História em Directo*, Coimbra, Minerva, 1999, p. 85;

ELIAS, Herlander, *O Gigante Fragmentado: Públicos e Figuras do Digital*, VII Congresso SOPCOM 2011, Universidade do Porto, 15 a 17 de Dezembro;

FREIRE, André (2000), *Participação e abstenção nas eleições legislativas*, *Análise Social*, vol. XXXV, p.117, cit in. Memmi (1985), p.349;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Censos 2011 Resultados Definitivos: Região Algarve*, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa, 2012, p.96;

JOANAZ, Salomé, *Projectos FSE*, Edição Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, pp.18-29;

KOTLER, P., HAMLIN, M.A., REIN, I., & HAIDER, D.H., *Marketing Asian Places*, Singapore: John Wiley & SonS, 2002;

KRAUT, Richard; SKULTETY, Steven; WALDRON, Jeremy (2005), *Aristotle's Politics - Critical Essays: The Wisdom of the Multitude: Some Reflections on Book III, Chapter 11 of Aristotle's Politics*, Kraut & Skultety, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005, pp.145-165;

PESTANA, Cândida; PINTO LEITE, José; MARQUES, Nuno, *O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana*, Cabo Verde - Redes e Desenvolvimento Regional, 15º Congresso da APDR, 2009, p.1780;

RABELO, Desirée Cipriano, *Comunicação e Mobilização Social: A Agenda 21 de Vitória*, Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, 2002, p.97-9;

ROBINSON, Richard, *Aristotle Politics Books III And IV*, Clarendon Aristotle Series, Oxford, Clarendon Press, p. 39;

SOUSA, Américo, *Géneros retóricos: Da denegação filosófica à erosão mediática*, LabCom - Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online, Portugal, 2009;

TURKLE, S., *Alone Together - Why Expect More From Technology And Less From Each Other*, Basic Books, Nova Iorque, 2011;

## 5.1 Internet

TURKLE, Sherry, *Connected, but alone?*, TEDx Long Beach California, 2012  
<http://www.youtube.com/watch?v=t7Xr3AsBEK4>

<http://www.canal.parlamento.pt/>

<http://www.ted.com>

<http://www.igniteshow.com>

[http://books.google.pt/books?id=mxJxAwAAQBAJ&pg=PA5&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=mxJxAwAAQBAJ&pg=PA5&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

<http://ec.europa.eu/>

<http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=pt>

[http://www.igfse.pt/st\\_glossario.asp?startAt=2&categoryID=311&newsID=1857&offset=0](http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=311&newsID=1857&offset=0)

[http://www.igfse.pt/st\\_sobreigfse.asp?startAt=2&categoryID=265](http://www.igfse.pt/st_sobreigfse.asp?startAt=2&categoryID=265)

<http://www.igfse.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=405&newsID=2430&offset=0>

<http://www.igfse.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1799&offset=0>

[http://www.igfse.pt/st\\_ofse\\_Apresentacao\\_PeriodosProgramacao\\_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1800&offset=0](http://www.igfse.pt/st_ofse_Apresentacao_PeriodosProgramacao_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1800&offset=0)

[http://www.igfse.pt/st\\_ofse\\_Apresentacao\\_PeriodosProgramacao\\_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1803&offset=0](http://www.igfse.pt/st_ofse_Apresentacao_PeriodosProgramacao_7-13.asp?startAt=2&categoryID=302&newsID=1803&offset=0)

[http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/smart-growth/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/smart-growth/index_pt.htm)

[http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/sustainable-growth/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/sustainable-growth/index_pt.htm)

[http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/inclusive-growth/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/priorities/inclusive-growth/index_pt.htm)

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2017/292A.pdf>

<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AGovernNasAutarquias04.pdf>

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=156657607&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156657607&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/azevedo-antonio-cidades-como-marcas.pdf>

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rabelo-desiree-mobilizacao-agenda-21.pdf>

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

<http://www.associacaonahora.mj.pt/>

[www.irn.mj.pt](http://www.irn.mj.pt)

[www.empresonline.pt](http://www.empresonline.pt)

<http://publicacoes.mj.pt/>

[https://juventude.gov.pt/Legislacao/Documents/lei\\_23\\_2006.pdf](https://juventude.gov.pt/Legislacao/Documents/lei_23_2006.pdf)

<https://juventude.gov.pt/Associativismo/PAAJ/PAI/Paginas/PAI.aspx>

<https://juventude.gov.pt/>

<https://www.youtube.com/watch?v=-AOPFV9RH8o>

<https://www.youtube.com/watch?v=YCp8Hn4qLhU->

[http://www.btl.fil.pt/?lang=pt&page=info\\_geral/info\\_geral.jsp&detail=204aea6b-e190-3110-049f-b63b8c7938a6](http://www.btl.fil.pt/?lang=pt&page=info_geral/info_geral.jsp&detail=204aea6b-e190-3110-049f-b63b8c7938a6)

<http://www.youtube.com/watch?v=Kwyg6niHISY>

<http://www.youtube.com/watch?v=B-XgoooBzXE>

<http://pt-europa.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID=%7B8b55aea2-7af8-11e0-8a91-00127991ef2a%7D&abortScreening=true>